

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LUCAS DA VEIGA MACHADO

**A EMERGÊNCIA DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO BRASIL
SOB A PERSPECTIVA VEBLENIANA**

Porto Alegre

2020

LUCAS DA VEIGA MACHADO

**A EMERGÊNCIA DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO BRASIL
SOB A PERSPECTIVA VEBLENIANA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Octávio Augusto Camargo
Conceição

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Machado, Lucas da Veiga
A EMERGÊNCIA DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO
INDUSTRIAL NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA VEBLENIANA /
Lucas da Veiga Machado. -- 2020.
81 f.
Orientador: Octávio Augusto Conceição Camargo.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Institucionalismo. 2. Thorstein Veblen. 3.
Desenvolvimento Econômico. 4. História Econômica. 5.
Industrialização. I. Augusto Conceição Camargo,
Octávio, orient. II. Título.

LUCAS DA VEIGA MACHADO

**A EMERGÊNCIA DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO BRASIL
SOB A PERSPECTIVA VEBLENIANA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, __ de __ de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Octávio Augusto Camargo Conceição – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Glaison Augusto Guerrero
UFRGS

Prof. Dr. Glauco Shultz
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Eu poderia discorrer páginas sem limites mencionando os nomes das pessoas as quais eu devo agradecimento, mas me limitarei a algumas pessoas essenciais, cujo o esforço tornou possível o longo caminho acadêmico que aqui um pedaço se encerra.

Agradeço a minha mãe, Andrea Scola da Veiga, pois sem ela eu não poderia ser a pessoa que sou hoje. Seu amor, exemplo e esforço incondicional sempre me deram o impulso para ser alguém melhor. Sua incansável luta, como mãe solteira de um único filho, impuseram barreiras e limites sempre vencidos, fazendo jus a supermulher que de fato é.

A minha amada e parceira Aline Dresch Hiller, que tem sido uma parceira de vida que eu jamais poderia ter imaginado. Nossa história ainda está no início e desde já eu fico na expectativa das aventuras que ainda estão por vir ao teu lado.

As dezenas, centenas e talvez milhares de pessoas que, ao longo da vida se conectam conosco no âmbito familiar, profissional e pessoal, nos enchendo de alegrias, sonhos e esperanças, moldando, cada um de sua forma, nossa forma de ver e viver o mundo.

A todos os professores que me acompanharam ao longo da graduação, principalmente ao meu orientador Octávio Augusto Camargo Conceição. É sempre incrível lembrar o trabalho realizado dentro da UFRGS, algo que só pode ser realizado mediante o esforço de todos os professores, técnicos e ajudantes que tocam o dia a dia da faculdade.

Obrigado a todos que me ajudaram a escrever este trabalho e contribuíram para que eu caminhe na direção de ser um ser humano cada vez melhor.

RESUMO

O presente trabalho buscou explorar, através de uma retomada história da formação brasileira e sobre o arcabouço metodológico do Antigo Institucionalismo Norte-Americano, a forma como a estrutura produtiva nacional foi influenciada pelos hábitos institucionalizados ao longo do processo de construção da identidade social, econômica e cultural do país. Com vistas a atingir tal objetivo, uma pesquisa bibliográfica qualitativa, centrando-se na compreensão e explicação das relações sociais, destacou-se como o método mais adequado. A riqueza cultural proveniente das origens africanas, indígenas e portuguesas sobre a constituição do Brasil implica em uma abordagem ampla, buscando elementos sociológicos difundidos sobre conceitos de herança patriarcal/patrimonial assim como os elementos que propõe a escravidão como nosso maior berço. A relação econômica, por sua vez, se conjuga sobre os elementos destacados pelo estruturalismo cepalino, através de uma relação entre centro-periferia. Nesse sentido, a noção vebleniana de consumo conspicuo e emulação pecuniária é o fator chave para que a conexão entre a estrutura industrial e os hábitos de consumo se conformem em um paradigma industrial específico, privilegiando um padrão exigido pelas classes sociais mais abastadas e alastrado para toda a sociedade.

Palavras-chave: Institucionalismo. Thorstein Veblen. Desenvolvimento Econômico. História Econômica. Industrialização.

ABSTRACT

The present work sought to explore, through a history's resumption of the Brazilian formation and on the methodological framework of the Old American Institutionalism, the way in which the national productive structure was influenced by institutionalized habits throughout the process of building the country's social, economic and cultural identity. The cultural wealth of african, indigenous and portuguese origins on the constitution of Brazil implies a broad approach, looking for widespread sociological elements about concepts of patriarchal/patrimonial inheritance as well as the elements that propose slavery as our greatest inheritance. The economic relationship, in turn, is combined with the elements highlighted by CEPAL structuralism, through a center-periphery relationship. In this sense, the veblenian notion of conspicuous consumption and monetary emulation is the key factor for the connection between the industrial structure and consumption habits conforming to a specific industrial paradigm, privileging a standard demanded by wealthiest social classes and spread to the whole society.

Keywords: Institutionalism. Thorstein Veblen. Economic Development. Economic History. Industrialization.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-------|--|
| ATCO | A Teoria da Classe Ociosa |
| CEPAL | Comissão Econômica para a América Latina |
| PSI | Processo de Substituição de Importação |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 | A CONTRIBUIÇÃO DAS ABORDAGENS INSTITUCIONALISTAS | 12 |
| 2.1 | O ANTIGO INSTITUCIONALISMO DE THORSTEIN VEBLEN | 12 |
| 2.2 | O CORPO DE CONHECIMENTO NEO-INSTITUCIONAL (NEO) | 18 |
| 2.3 | NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI) | 19 |
| 3 | A PERSPECTIVA DE VEBLEN ACERCA DO COMPORTAMENTO HUMANO | 22 |
| 3.1 | OS ESTÁGIOS DA CULTURA | 22 |
| 3.2 | A DISTINÇÃO DE CLASSES | 26 |
| 3.3 | A CAPACIDADE EM DEMONSTRAR ÓCIO | 27 |
| 3.4 | A SOCIOLOGIA DO CONSUMO | 30 |
| 3.5 | AS REGRAS PECUNIÁRIAS DO GOSTO | 33 |
| 3.6 | INSTITUIÇÕES E INDIVÍDUOS | 38 |
| 3.7 | O ESTABELECIMENTO DA CLASSE OCIOSA | 42 |
| 4 | INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA BRASILEIRA: OS REFLEXOS DA CULTURA SOBRE A ESTRUTURA INDUSTRIAL | 47 |
| 4.1 | HERANÇA CULTURAL/PATRIMONIAL | 47 |
| 4.2 | UM NOVO SENTIDO PARA A HERANÇA CULTURAL BRASILEIRA | 53 |
| 4.3 | A CONSTITUIÇÃO DA ESTRUTURA SOCIAL PERIFÉRICA | 62 |
| 4.4 | A INTERAÇÃO ENTRE INDIVÍDUO E INSTITUIÇÃO NA FORMAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 1930 | 66 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 74 |
| | REFERÊNCIAS | 79 |

1 INTRODUÇÃO

O crescimento industrial que se verificou no Brasil a partir da década de 1930 constitui o período de efetivação do referido setor como centro dinâmico do desenvolvimento econômico. Através de um cenário de crise externa e encarecimento de produtos importados, a produção doméstica de manufaturados fez-se necessária e engendrou o início do processo de “substituição de importação”. É pautado nesse novo modelo de desenvolvimento e assentado sobre uma base periférica, em que a relação entre as estruturas sociais, políticas e econômicas se interligam através dos hábitos e suas respectivas instituições, ou seja, mediante uma relação indivíduo-estrutura, formando em terras brasis uma conformação entre a evolução social e cultural com a estrutura produtiva estabelecida ao longo do processo de crescimento da indústria.

Dessa forma, o objetivo principal deste trabalho é analisar, sob o espectro da evolução socioeconômica brasileira, as circunstâncias que conectam os hábitos de consumo das classes altas com a estrutura produtiva nacional. Tal análise se desenvolve através da noção Institucional de Veblen a respeito de emulação e consumo conspícuo, e sua conseqüente propagação sobre a oferta e a demanda do setor industrial. Intencionando cumprir o objetivo supracitado, torna-se necessário o cumprimento de metas específicas, capazes de auxiliar no alcance do objetivo final, sendo elas: 1) identificar as principais abordagens acerca das instituições e da economia evolucionária; 2) abordar por meio da teoria da classe ociosa de Veblen as questões referentes à cultura e aos hábitos de pensamento; 3) identificar, com base nos autores que trataram das interpretações do Brasil, as características sociais e culturais responsáveis por moldar os padrões de pensamento arraigados nesta sociedade; e 4) realizar a conexão entre a difusão de um padrão de consumo, conforme proposto por Veblen, com a conformação da estrutura produtiva industrial a partir da década de 1930, largamente analisada pelos teóricos cepalinos.

A natureza dessa pesquisa é, essencialmente, qualitativa, de cunho descritivo e explicativo. Utilizou-se também o método de análise histórica, no qual as raízes institucionais são

de importância fundamental para compreensão do panorama atual. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica. Foram utilizados livros, artigos e textos como ferramentas para que fosse alcançado o melhor entendimento acerca do padrão institucional como um todo e suas peculiaridades no tocante ao desenvolvimento brasileiro.

A assimilação da latente articulação entre o ambiente social e o desenvolvimento econômico é, sem dúvida, o fator que confere relevância ao trabalho. Desse modo, constatar a correlação entre o desenvolvimento histórico brasileiro e sua convergência sobre os determinantes econômicos é fator preponderante no estudo, pois a Ciência Econômica encontra-se cada vez mais carente de um entendimento que avance para além da lógica do indivíduo maximizador, uma vez que este está inserido em um ambiente caótico, que muda constantemente. As instituições, assim como os hábitos individuais, são resultados de uma formatação ocorrida no passado e só pode ser entendida através de uma retomada histórica capaz de agregar como ferramenta de análise.

Após esta introdução, o trabalho será distribuído em quatro partes. Na primeira, serão abordadas as três correntes teóricas que se abrigam sob a designação de Institucionalistas, quais sejam: o Antigo Institucionalismo Norte-Americano fundado por Thorstein Veblen; a Escola Neo-Institucional (NEO); e a Nova Economia Institucional (NEI). Em seguida, classificado como o corpo teórico que melhor se adequa ao estudo, serão examinados os principais pontos abordados por Veblen em sua obra mais famosa: *A Teoria da Classe Ociosa* (1899), objetivando elucidar as principais contribuições no âmbito econômico nascidos na referida obra. O quarto capítulo, por seu turno, se concentra no entendimento do estabelecimento do padrão cultural brasileiro, através de uma visão patriarcal/patrimonial – cujo principal teórico foi Raimundo Faoro –, e também de uma abordagem representada pela sociologia da dependência, na qual Jessé Souza é o principal postulante acerca de tal entendimento. Ademais, o quarto capítulo buscará realizar a conexão, através das abordagens da CEPAL de centro-periferia e do consumo conspicuo de Veblen, entre os hábitos da população brasileira e a malha industrial estruturada a partir do estabelecimento da indústria como centro dinâmico da economia. Por último, o quarto capítulo tratará de abordar as principais considerações acerca do estudo, com vistas a verificar o cumprimento dos objetivos traçados.

2 A CONTRIBUIÇÃO DAS ABORDAGENS INSTITUCIONALISTAS

O propósito deste capítulo é apresentar os campos de pensamento que desenvolvem sua abordagem sobre o arcabouço teórico Institucionalista, expondo seus conceitos fundamentais, assim como demonstrando a importância de cada corrente para o progresso do pensamento econômico por meio de sua natureza evolucionária. Para tal, apresentar-se-á a natureza teórica e conceitual do Antigo Institucionalismo Norte-Americano, o pensamento Neo-Institucionalista (NEO) e o corpo de conhecimento da Nova Economia Institucional (NEI).

Embora o Institucionalismo seja uma abordagem disposta no espectro mais heterodoxo do entendimento econômico, dado sua oposição a teoria *mainstream*, e seu corpo teórico não ser exatamente coeso, a escola é composta por uma riqueza de ideias, ainda que complexas e diversas (SAMUELSON, 1995). A base de pensamento construído por Thorstein Veblen, John R. Commons e outros, traz consigo a noção de instituição, que torna-se o elemento articulador de toda a corrente derivada destes autores. Os Neo-Institucionalistas, temporalmente posicionada como a segunda “onda” Institucional, seguem uma linha bastante próxima, porém revitalizada, dos escritores originais; enquanto a abordagem formulada pela NEI traz em voga diversos elementos novos ao campo de debate, aproximando-a do pensamento Ortodoxo (CONCEIÇÃO, 2002b).

Em razão da multidisciplinaridade inerente ao pensamento Institucional, temas relacionados aos campos biológicos, sociais e históricos serão abordados conforme a importância que cada escola de pensamento aufere à determinada característica. Os contrastes entre os autores, inclusive entre aqueles abrigados sob um mesmo guarda-chuva conceitual, também serão apresentados. Conforme Samuelson (1995) é por meio de uma abordagem eclética, ampla, evitando limites de conhecimento rígidos, que o campo Institucional pode ser compreendido.

2.1 O ANTIGO INSTITUCIONALISMO DE THORSTEIN VEBLEN

A matriz da Escola Institucionalista forma-se a partir dos escritos de Thorstein Veblen e das contribuições de Commons e Mitchell (CONCEIÇÃO, 2002a). Esses autores desenvolveram, na primeira metade do século 20, um caminho investigativo de estudo que buscou respostas para questionamentos econômicos em fundamentos que não são encontrados na realidade concreta. Gerando muitos críticos e alguns seguidores, os institucionalistas norte-americanos foram os

primeiros a acrescentarem elementos imateriais para o centro da análise socioeconômica (MONASTERIO, 1998).

Hodgson (1998) traça o seguinte quadro a respeito do período em que essa abordagem foi elaborada: entre 1980-1900 houve uma disseminação de opiniões a respeito da relação entre dois campos da ciência: a sociologia e a biologia. A fundamentação dessa visão era a de que os fenômenos socioeconômicos eram passíveis de explicações em termos puramente biológicos. Entretanto, a disputa ocorrida no campo da ciência a respeito dos mecanismos de seleção apresentava dois campos divergentes, de um lado o Lamarckismo e do outro o Darwinismo, ambos apresentando posições distintas quanto aos fenômenos biológicos responsáveis pela replicação e transmissão de heranças genéticas. É sobre esse contexto científico, e direcionando-se através de linhas Darwinistas, que Thorstein Bunde Veblen, nascido em 1857 no estado norte-americano de Wisconsin, realizou uma série de contribuições com o objetivo de compreender os indivíduos, e as sociedades nas quais estes estão inseridos e desenvolvem seu raciocínio (MONASTERIO, 1998).

De acordo com Hodgson (1998, p. 168) o núcleo do institucionalismo aborda os conceitos de instituição, hábitos, regras e sua evolução. Estando esse campo intimamente relacionado com a biologia – e seus princípios explicativos a respeito da origem e do desenvolvimento dos organismos –, a investigação dos fenômenos econômicos requer uma análise histórica bastante apurada com vistas a abordar, sob uma perspectiva evolucionária, um ambiente em que ideias gerais a respeito do comportamento humano e suas instituições possam se conectar a conceitos específicos, relacionados a contextos socioeconômicos únicos. Para o autor, os conceitos de hábito e instituição são fundamentais para que se realize a conexão entre o geral e o específico.

Para alcançar as bases dos conceitos que fundamentam sua abordagem evolucionária, Veblen percorreu um caminho de bastante descontentamento com a teoria econômica tradicional, considerando que a mesma resumia as instituições ao cálculo hedonista (MONASTERIO, 1998). Dessa forma, a referida abordagem reduzia a conduta humana a uma calculadora de prazer e dor (HODGSON, 1998). O criticismo do economista e sociólogo a teoria *mainstream* concentra-se em dois aspectos fundamentais: i) observa a teoria clássica como puramente estática e incapaz de modelar as mudanças dos fenômenos sociais ou econômicos de uma forma adequada; ii) critica o método determinístico compartilhado pelos economistas de sua época, que acabam por excluir o

potencial em identificar causalidades relevantes ao processo de mudança econômico (HODGSON, 1998).

A desaprovação quanto a abordagem da economia tradicional é o ponto de partida do desenvolvimento da teoria evolucionária proposta por Veblen, pois, a negação de se pensar a economia sobre uma noção de equilíbrio ou ajustamento marginal é o que estabelece a necessidade de reconhecer o caráter destoante do desenvolvimento econômico e conjecturar a respeito de um ambiente que envolve disputas, antagonismos, imprecisão (CONCEIÇÃO, 2002a). Na perspectiva de Cavalieri (2013), é a presença de um conteúdo teleológico proposto pelos neoclássicos que posta-se entre o que seria pré-revolucionário e a nova ciência, pós-evolucionária, imune a conteúdos guiados pela “causalidade do fim” (p. 43).

Á vista disso, Veblen (1989) sugere que os olhares a ciência econômica voltem-se para o corpo teórico evolucionário que seria, em suas próprias palavras, uma “teoria do processo, de uma sequência que se desdobra” (1989, p. 375). O artigo que fundamenta as bases desse pensamento foi escrito pelo autor Norte-Americano em 1898 sob o título “Why is economics not an evolutionary science?”, e lança uma série de questões na tentativa de aproximar a economia da abordagem evolutiva (CONCEIÇÃO, 2002b), ambicionando elaborar um arcabouço teórico que lide com a economia como uma “ciência moderna” (VEBLEN, 1989, p. 373).

Quando Veblen elabora, em 1898, a pergunta título de seu artigo – considerada por Lawson (2002) a mais famosa questão ao longo da história econômica – ele tinha duas preocupações: a primeira baseava-se seu desejo em tornar a economia mais “realista” e, para atingir tal objetivo, a mesma deveria voltar-se para o campo da ciência evolucionária; a segunda era sua preocupação em explicar o motivo pelo qual isso ainda não havia ocorrido, mas que, por ser algo inevitável, aconteceria em breve, independente das dificuldades que o processo enfrentaria. Ao desenvolver a sua segunda preocupação, o autor, a todo momento, forneceu argumentos evolutivos, ou seja, elementos que lançam as bases para o credenciarem como o primeiro teórico social evolucionário da economia (LAWSON, 2002).

Para não lançarmos luz apenas a críticas tecidas pelo autor de ATCO, o mesmo acreditava que a melhor contribuição fornecida pela economia pré-evolucionária é um sistema taxonômico aproveitável de forma a contribuir com a moderna ciência moderna que o mesmo propunha (MONASTERIO, 1998).

Ao traçar sua abordagem de instinto, Veblen oferece uma explicação para a gênese dessa abordagem, que, na sua compreensão, seriam propensões inatas que definem os objetivos últimos da conduta humana e, conseqüentemente, dependem das instituições para se realizarem. A origem destes instintos remonta o início da humanidade, mais precisamente na fase do neolítico, na qual, orientados pelo princípio da seleção natural, foram talhados instintos que fazem parte, até hoje, da natureza humana (MONASTERIO, 1998).

Os grupos de instintos que constituem a natureza do ser humano podem ser classificado em quatro segmentos para uma melhor compreensão teórica, são estes: i) *Instinct of workmanship*: o mais antigo dos instintos, formado no período inicial do neolítico e caracterizado pela preferência do homem por laboração eficaz e repugnância ao esforço fútil; ii) *Parental bent*: disposição inerente ao homem de preocupar-se com o bem-estar familiar e social. A similaridade de objetivo do dois primeiros instintos viabiliza que Veblen agrupe-os sob a alcunha de *instinct of serviceability* (instinto de utilidade). O terceiro segmento é: iii) *Idle curiosity*: consiste no instinto de buscar o conhecimento de forma vã, ou seja, o conhecimento pelo conhecimento, que, quando agregado aos instintos corretos, resultará em uma ampliação do bem-estar material da comunidade; iv) *Predatory*: surge quando as condições materiais já estão satisfeitas, é um instinto que se caracteriza por sua antítese ao *workmanship*, isto é, valoriza a proeza em detrimento do trabalho rotineiro (MONASTERIO, 1998).

Antes do trabalho avançar sobre a dinâmica institucional, é importante estabelecer os métodos que fundamentam os hábitos, uma vez que, como os instintos só sugerem como um movimento em direção ao fim último, abre-se uma lacuna para a criação de padrões de comportamento com o intuito de efetivar os desejos instintivos (MONASTERIO, 1998). Portanto, Veblen entende que “Todo comportamento instintivo é sujeito ao desenvolvimento e, portanto, à modificação através dos hábitos” (VEBLEN *apud* MONASTERIO, 1998, p. 49).

Destarte, como um intermediário para fins instintivos, o hábito apresenta-se como uma “maior facilidade de expressão numa determinada região” (VEBLEN, 1983, p. 51), ao passo que mudar essa direção envolve um esforço mental em mudar o padrão de comportamento o que, no entanto, acarreta em um esforço tanto mais indesejado em não alterar esse modelo quanto seu arcaísmo e seu grau de concordância com outros costumes, ou seja, quanto mais arraigado for determinado padrão de comportamento mais indesejado é dos indivíduos os alterarem por hábitos novos (VEBLEN, 1983).

Com o conceito de hábitos traçado é possível retomar às instituições, posto que, segundo Monasterio (1998): “estas seriam os hábitos em sua forma coletiva” (p. 53), ou como o próprio Veblen define: “hábitos de pensamento estabelecidos, comuns aos homens em geral” (*apud* MONASTERIO, 1998, p. 53). Para sua compreensão, haja visto que a institucionalização de um hábito leva um considerável tempo para se formar, é preciso atentar-se para os hábitos de pensamento passados e as respectivas configurações materiais em que foram formados. Dessa forma, mudanças nas instituições, assim como nos hábitos, são processos que se relacionam por meio de seus atores (indivíduos e sociedade) e, assim sendo, a economia só é passível de entendimento quando analisada com atenção ao seu todo cultural (MONASTERIO, 1998).

Veblen, através de sua definição de instintos, hábitos e instituições, conecta a ideia de evolução a um “processo de causação circular” onde as instituições, mesmo gradualmente, mudam, gerando conflitos e crises dentro de sociedades complexas que vêm-se impelidas em constantemente reavaliarem seus padrões de comportamento e suas decisões sob um novo, ainda que momentâneo, equilíbrio (CONCEIÇÃO, 2002a). A tradução dessa interpretação fica clara nas palavras do próprio formulador dos conceitos, e foi escrita em 1989: “a vida do homem em sociedade, assim como a vida de outras espécies, é uma luta pela existência e, conseqüentemente, é um processo de seleção adaptativa. A evolução da estrutura social tem sido um processo de seleção das instituições” (VEBLEN, *apud* CONCEIÇÃO, 2002a, p. 83).

Entre os grandes nomes do pensamento econômico, tal qual Marx e Schumpeter, Veblen ascende, através da complexidade de suas ideias, para juntar-se a eles. Ao mesmo tempo, sua colaboração o posiciona como um dos representantes da “moderna economia evolucionária” devido a sua contribuição em explorar ideias da Ciência da Natureza na perspectiva econômica (CONCEIÇÃO, 2002a). Para Hodgson (2003) o que torna o trabalho de Veblen único é a sua ênfase ao processo causal e aos mecanismos psicológicos pelos quais o indivíduo é moldado pelas circunstâncias. Ao passo que Hunt (2005) o considera o teórico social mais influente, original e profundo da história norte-americana.

Wesley Mitchell, estudioso evolucionário, segue uma linha teórica muito semelhante àquela tratada por Veblen. O artigo que concatena essa semelhança foi escrito em 1910 sob o título *The Rationality of Economic Activity*. O autor posiciona-se como um crítico, ainda que menos ferrenho que Veblen, das assumpções neoclássicas a respeito do indivíduo racional que, sob sua análise, são “inadequadas para explicar os fatos” (1910, p. 200). Nesse sentido, os

economistas, ao constatarem essa inadequação, sempre deverão voltar seus estudos aos hábitos e, por consequência, aos instintos.

Mitchell (1910) propõe o desenvolvimento de uma teoria econômica mais científica, que olhe para as questões materiais de um ponto de vista evolucionário, em que não será necessário abstrair a natureza humana em uma lógica racional, pelo contrário, a natureza humana deve ser aquela encontrada em cada nação, levando em conta os caminhos pelos quais os hábitos e as instituições se desenvolveram e a forma pela qual controlam a conduta econômica.

Outro autor que contribuiu com a teoria iniciado por Veblen foi John Rogers Commons que, segundo Hodgson (2003), foi uma dos mais influentes economistas do século XX. O artigo no qual o autor posiciona-se dentro do corpo teórico institucional – e que oferece a mais clara visão de sua abordagem – é denominado *Institutional Economics* e foi escrito em 1931 com o objetivo de compreender a sistemática por trás desse campo de pesquisa (HODGSON, 2003).

Commons (1931) apresenta-se, diferente de Veblen, mais próximo da teoria clássica e dos seus *insights*, uma vez que considera todas estas contribuições inseridas no campo da economia institucional. Entretanto, para agregar sob circunstâncias universais todo o conhecimento denominado institucional, é necessário que a descrição que define uma instituição seja “(...) uma ação coletiva em controle, liberação e expansão da ação individual” (COMMONS, 1931, p. 648). cujo princípio comum de toda a ação é o maior ou menor grau de controle, liberdade e expansão, visto que, seu objetivo fundamental é a proposição de regras capazes de resolver conflitos, resultando em uma, maior ou menor, perda ou ganho de um ou mais indivíduos.

Remontando as definições de David Hume sobre o princípio da escassez e o conflito de interesses resultante, Commons (1931) entende que a economia lida com regras de conduta conflituosas, envolvendo perdas e ganhos e, por isso, são criadas as sanções coletivas, sobre as quais os indivíduos devem obedecer da mesma forma como obedecem as regras jurídicas. A cada nova disputa que surge, uma nova sanção é organizada com o objetivo de reduzir o conflito.

Destarte, ao abordar o ambiente sobre o qual as regras do processo econômico formam-se e por qual motivo ocorrem, Commons (1931) entende que o comportamento oriundo da abordagem institucionalista é nenhum outro do que o comportamento dos indivíduos enquanto participantes de transações, com isso, a economia institucional deve fazer uma análise do comportamento econômico dos indivíduos que terão suas escolhas impostas por outro ser

humano ou por ações coletivas. Por essa razão, se a abordagem em questão requer uma psicologia institucional para acompanhar, essa é a “psicologia das transações” (p. 652).

É evidente que Commons vislumbra que as instituições e os costumes são sensíveis aos desejos humanos, ainda que o mesmo não tenha dado uma explicação adequada ao processo causal envolvido (HODGSON, 2003). Sua contribuição é significativa, mesmo tendo falhado em desenvolver uma construção teórica, agregando ao “*old*” Institucionalismo Norte-Americano uma sistemática ainda não explorada pelos seus antecessores, incluindo no campo de análise o papel da área jurídica, ao mesmo tempo que oferece uma teoria valiosa no concernente a decisão política.

2.2 O CORPO DE CONHECIMENTO NEO-INSTITUCIONAL (NEO)

A abordagem Neo-Institucionalista surge, no final dos anos de 1960, como um resgate dos pensamentos que tiveram origem no final do século XIX com os escritos de seu pai fundador Thorstein Veblen (CONCEIÇÃO 2002b). Seu núcleo teórico dá-se por meio resgate dos conceitos centrais propostos pelos fundadores da teoria Institucional, agregando, devido a sua robustez investigativa, a tradição neo-schumpeteriana (CONCEIÇÃO, 2002a). Esse renascimento, conforme Samuels (1995) é responsável pela grande revitalização que tem tomado espaço dentro da abordagem institucionalista.

Tal qual seus predecessores, os autores desta teoria ressurgida colocam-se em posições opostas aos pensadores neoclássicos, dado que, segundo Samuels (1995, p. 571): “Institucionalismo tem sido um campo atrativo para aqueles inconformados com vários aspectos do neoclassicismo”, embora o autor encontre similaridades entre as duas escolas. Ao pensar a economia como um regime em curso; influenciada por fatores externos, como a tecnologia; com papel imprescindível das instituições, que atuam sobre um processo dinâmico, e galgada sobre uma abordagem multidisciplinar, essa referida escola traz todos os elementos fundamentais para, através do processo histórico, formular ideias a respeito dos fins e dos meios pelos quais a economia evolui dentro de cada sociedade (CONCEIÇÃO, 2002a). Portanto, qualquer abordagem de caráter estático e que não leve em conta o ambiente complexo em que forma-se os símbolos econômicos é passível de críticas na perspectiva Neo-Institucionalista.

Por se tratar de um campo muito abrangente, é proposto por alguns autores a formulação de um “paradigma institucional”, que opera como aglutinador de elementos comuns dentro do

referido campo, atuando em níveis práticos e teóricos. Esse paradigma é sintetizado sobre três aspectos: primeiro, as instituições determinam e orientam o mercado, quem cumpre o que as estruturas organizacionais predominantes definem; segundo, propõe uma abrangente base de conhecimento sobre uma pluralidade de itens; e terceiro, desenvolve uma abordagem que rompe as barreiras da ciência econômica, ou seja, é multidisciplinar (CONCEIÇÃO, 2002a).

Conceição (2002b) aborda as oito principais facetas da economia institucional como um corpo de conhecimento, são elas: i) destaque na evolução social e econômica, com participação ativa das instituições; ii) a economia de mercado é composta pelo exercício da ação coletiva, cujas instituições, que representam um “sistema de controle social”, a fundamentam e a fazem operar; iii) como força mor da transformação do sistema econômico, a tecnologia deve ter um papel primordial na análise; iv) as instituições, em particular as estruturas de poder que as definem, são o determinante final da alocação de mercado, não o mecanismo subjetivo de mercado; v) a “teoria do valor” dos Institucionalistas preocupa-se com a forma pela qual os valores se incorporam e se delineiam sobre as instituições, estruturas e ações sociais; vi) a cultura é resultado da interdependência dos indivíduos e, por isso, tem uma atuação dupla no processo de coevolução; vii) a desigualdade e a hierarquia são inerentes às estruturas de poder e as relações sociais, motivo pelo qual as instituições tendem a ser democráticas; e, por fim, viii) a economia é definida de modo tão abrangente que a explicação de seus fenômenos requer fontes oriundas de outras disciplinas, ou seja, é uma teoria multidisciplinar .

Para os institucionalistas a economia é mais do que o mercado, é um processo cultural em andamento, envolvendo um complexo processo de cumulação causal. A perseguição de um mecanismo de determinação de preço como sendo a razão de ser do processo econômico é um grande equívoco e banaliza a economia, dado que exclui as relações de controle social e mudança social, além de tudo aquilo que elas implicam (SAMUELS, 1995).

2.3 NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI)

Fundada por Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North, a Nova Economia Institucional (NEI) caracteriza-se por seu maior distanciamento quanto ao Antigo Institucionalismo Norte-Americano – ainda que as instituições representem a ordem social responsável por aumentar a eficiência dos mercados – e sua aproximação do corpo teórico Neoclássico, em virtude não só de sua ênfase a respeito dos conceitos de custos de transação,

preocupando-se com aspectos microeconômicos, mas também através da abordagem não convencional sobre a teoria da firma, incluindo conceitos de História Econômica e Economia dos Direitos de Propriedade (CONCEIÇÃO, 2002b).

Para a referida escola, o autor que formulou a base exploratória desse campo de conhecimento foi John R. Commons e seu tratamento a respeito dos mecanismos de ação coletiva, cuja função fundamental seria sistematizar o conflito e reduzir a ineficiência (CONCEIÇÃO, 2002a), assim, para os teóricos da economia dos custos de transação, é importante entender sob que elementos fundamentais as transações se fixam.

Para vislumbrar sobre um enfoque mais geral, as hipóteses centrais da NEI podem ser agrupadas da seguinte forma: i) diferentes instituições e organizações são definidas pelas transações e custos a elas associados; ii) a tecnologia, ainda que fundamental, não é um fator determinante na organização da firma; iii) as falhas de mercado são essenciais à análise e conferem importâncias às hierarquias na referida abordagem (CONCEIÇÃO, 2002a). Em linhas gerais, os autores da NEI objetivam superar a teoria microeconômica *mainstream* por meio de seu enfoque nas transações (CONCEIÇÃO, 2002b).

O autor – ganhador do Prêmio Nobel de 1991 devido a sua contribuição ao desenvolver a Teoria da Firma – Ronald Coase em seu artigo intitulado *The New Institutional Economics* (1998) observa que o assunto sobre o qual os economistas devem dispende seu tempo é aquele que visa entender a forma de funcionamento do sistema econômico, devido a sua importância como “[...] um sistema no qual nós ganhamos e gastamos nossos rendimentos” (p. 73) e que está permeado sobre as práticas transacionais. Quanto mais baixo forem os custos relacionados a essas transações, maior será a produtividade e, conseqüentemente, o bem-estar econômico da sociedade. Porém, os custos relacionados às transações dependem de um complexo sistema (social, político, educacional, cultural) sobre os quais as instituições governam a performance econômica e, dessa forma, justificam a importância da abordagem realizada pela NEI.

O núcleo da abordagem de Coase (1991) está relacionado aos efeitos penetrantes que os custos de transação trazem ao desenvolvimento econômico. Ele observa que os homens de negócio ao tomarem decisões referentes a compra e venda de mercadoria devem levar em consideração os custos de transações, haja visto que, caso os custos de se efetivar um negócio sejam maiores do que os ganhos oriundos do próprio negócio, o mesmo não deve ser realizado. Dessa forma, os custos de transação não só afetam as relações contratuais, mas também os bens e

serviços que são produzidos. O conceito de custo de transação parte de duas premissas básicas: racionalidade limitada e ao oportunismo; presumindo a existência de falhas de mercado (CONCEIÇÃO, 2020a).

A crítica realizada por Williamson e direcionada a Coase foca-se na profundidade, que o autor da teoria dos custos de transação deixou de dar, aos fatores internos da organização da firma, ainda que, o próprio Williamson reconheça na teoria de notável avanço para a época. Nesse sentido, Williamson observa que as transações, por meio dos custos delas associados, afetam a organização interna da empresa (CONCEIÇÃO, 2002b)

A luz lançada por Williamson sobre as condições internas da empresa baseia-se na seguinte premissa: a racionalidade é limitada e o oportunismo está estreitamente relacionado aos custos de transação que, por sua vez, são fundamentais nas condutas das empresas e influenciam suas organizações internas. Sendo assim, olhar para a estrutura interna torna-se útil para avaliar a organização interna, conjugando fatores humanos e ambientais para explicar a complexidade envolta na elaboração e execução de um contrato. As dificuldades oriundas desse processo possibilitam a empresa decidir evitar o mercado, preferenciando os modelos hierárquicos de organização. Isto posto, é possível conectar os três conceitos elementares da NEI: racionalidade limitada e oportunismo são pressupostos de comportamento que amparam a existência de custos de transação (CONCEIÇÃO, 2002b).

Douglas North ao adotar o conceito de instituições como “ (...) *humanly devised constraints that structure human interaction*” (NORTH *apud* CONCEIÇÃO, 2002b, p. 128) as considera responsáveis por moldar as estruturas sociais e econômicas, colocando as instituições no cerne do processo de progresso social. Para além disso, utiliza-se da abordagem de Coase (1960) a respeito dos custos de transação para realizar a ligação entre o neoclassicismo e as instituições através da seguinte premissa: “*The neoclassical result of efficient markets only obtains when it is costless to transact*” (NORTH *apud* CONCEIÇÃO, 2002b, p. 129), ou seja, sempre que houver custos de transação deve ser verificado o papel que cabe às instituições dentro do processo econômico vigente.

3 A PERSPECTIVA DE VEBLEN ACERCA DO COMPORTAMENTO HUMANO

Esta seção tem como objetivo a compreensão da abordagem teórica de Veblen, pai fundador do institucionalismo norte-americano, mediante a sintetização dos seus principais argumentos, expostos em sua obra mais famosa: A Teoria da Classe Ociosa, escrita no ano de 1899. A importância de lançar luz, em uma análise socioeconômica, sobre elementos que não estão presentes na realidade material é o que torna o trabalho de Veblen excepcional e capaz de oferecer a contribuição mais adequada ao que se verificou no processo de formação e desenvolvimento industrial brasileiro, objetivo fundamental deste estudo

Por isso, objetivar-se-á expor os principais pontos abordados pelo autor em seu projeto investigativo a respeito do surgimento da classe ociosa. Para este propósito, será retratado a concepção do autor a respeito da evolução cultural, passando pela abordagem de distinção de classes, ócio e consumo conspícuo; as regras que regem os gostos e o papel das instituições e indivíduos no ambiente social, até culminar no cerne de sua investigação que é discutir o papel da classe ociosa como fator econômico da vida moderna, ainda que ao longo do processo Veblen demonstre a atuação da referida classe para além do âmbito econômico. Com o arcabouço teórico delineado tem-se como meta compreender a forma como as instituições influenciam nos indivíduos, assim como o contrário – os indivíduos influenciando nas instituições -, e a forma como esse processo engendra o caráter de “causação cumulativa” formulado pelo autor de ATCO.

3.1 OS ESTÁGIOS DA CULTURA

Na primeira etapa evolutiva da cultura traçada por Veblen (1983) a sociedade organiza-se de forma estritamente rudimentar, o princípio dessa definição é fundamentado em sua estrutura social e seu modo de vida extremamente simples. Sua constituição é, primordialmente, de pequenos grupos, pacíficos e sedentários, sua condição material é excepcionalmente escassa e os indivíduos vivem basicamente da caça, pesca e coleta. Dado que seu desenvolvimento econômico é, assim como toda a estrutura, de caráter primitivo, a propriedade, instituição importante para a análise vebleniana, ainda não apresenta traços influentes. Em função disso, este estágio apresenta características singulares, em contraste com aqueles traços que o seguem, uma vez que, não sendo possível diferenciar as tarefas entre os membros da sociedade, as diferenças de classes tornam-se menos entranhadas nas relações entre os agentes. A característica mais influente deste

período é a falta de capacidade dos membros dessa comunidade em resistirem ao uso da força ou da fraude (VEBLEN, 1983).

A instituição da classe ociosa não encontra um amparo institucional sobre o primeiro estágio da cultura, os indivíduos, assim, prezam por uma vida em grupo galgada pela colaboração, onde a propriedade privada inexistente (VEBLEN, 1983).

A transição do estágio pacífico para a segunda fase, primitiva, que adentra o período de cultura bárbara, lança as bases para o surgimento gradual de uma classe ociosa, através das primeiras formas de propriedade concretizadas. Neste estágio mais baixo da barbárie, a propriedade de mulheres dos inimigos – tomadas de forma violenta –, é a representação inicial de um processo de domínio que se desenrola. A justificativa dessa tomada do corpo feminino é sua utilização como troféu para ser erguido perante os membros da comunidade, reafirmando o sucesso do indivíduo capaz desse feito ao exibir o resultado de suas atividades. O homem, a partir dessa prática, produz uma forma de casamento-propriedade e constrói uma família sob seu comando. Por meio dessa diferenciação entre sexos, prontamente estabelecida através da força, a diferença entre proeza e trabalho rotineiro ganha seus primeiros contornos. Para os homens, que formam a classe dominante, é atribuído às atividades de natureza predatória: lutar e caçar; enquanto para as mulheres (e outros membros do grupo incapazes do trabalho dos homens), estas ficam relegadas a atividades rotineiras e monótonas. Para o bárbaro primitivo, a ideia de honorabilidade aparenta a uma ideia de força superior, cujo reconhecimento honorífico, fundado no senso comum, valida um ataque de morte ao seu oponente, seja ele humano ou não. É através da instalação gradual do conceito de propriedade, nesta etapa em que a propriedade da mulher é o fator preponderante, que o processo econômico começa a ter o caráter de luta dos homens para obter a posse de bens, cujo motivo é de natureza inerentemente emulatória, que realiza-se através da confrontação entre o possuidor do bem e os menos felizes companheiros de grupo. Ao possuidor de tal propriedade, sua posição perante a sociedade consolida-se como guardião da honra entre os membros da comunidade (VEBLEN, 1983).

No estágio de barbárie intermediária, a propriedade mulher-troféu ganha novos participantes, outros cativos e dependentes são tomados como escravos e o casamento-propriedade estende-se para além das mulheres do inimigo. Uma vez estabelecido uma concreta diferença entre os sexos, esse conceito estende-se para uma correspondente divisão do trabalho, no qual os homens, ao produzirem atividades de caráter predatório e classificadas pelo hábito

coletivos como meritórias (agressão contra semelhantes e animais, demonstrações excessivas de força), compõe a classes superiores; enquanto as mulheres, escravos e dependentes, ao realizarem atividades indignas (manuais, industriais e de subsistência) constituem as classes inferiores. Desse modo, o senso comum da comunidade aufere honra aquele indivíduo que tem a função de, segundo Veblen: “[...] matar, destruir os concorrentes [...] vencer e reduzir a subserviência às forças estranhas que no ambiente se mostram refratárias” (p. 10). Aos olhos dessa comunidade, os homens admiráveis são aqueles que atingiram um padrão normalizado de resistência física, astúcia e habilidade com armas.

O terceiro estágio, mais alto da cultura bárbara, que coincide com o feudalismo, é o momento em que a classe ociosa atinge seu pleno desenvolvimento. O fator determinante para tal fim parte de uma ramificação entre aqueles que possuem atividades industriais e os que não, ficando os últimos, não por acaso membros da classe ociosa, responsáveis pela honra conferida pela observação alheia. Assim sendo, o ócio passa a ser a base convencional da honorabilidade. A composição dessa classe honorífica é dada pelos nobres, sacerdotes e seus membros, cujas ocupações ficam restritas às atividades governamentais, guerreiras, religiosas e esportivas, inerentemente honoríficas e não industriais (VEBLEN, 1983).

Os traços dessa ojeriza ao trabalho industrial traçou raízes até a sociedade moderna, Veblen (1983, p. 8) nos mostra que:

A discriminação entre ocupações industriais e não industriais faz-se ainda habitualmente; esta discriminação moderna é a forma transmutada da discriminação bárbara entre proeza espetacular e trabalho desagradável e rotineiro. A guerra, a política, o culto público e os espetáculos populares são tidos ainda, no entender popular, como intrinsecamente diferentes do trabalho necessário para a consecução dos meios materiais da vida. Não é a mesma nítida linha de demarcação na forma existente no primitivo esquema bárbaro, mas uma discriminação que, em linhas gerais, persiste ainda, não tendo caído em desuso.

O último estágio do progresso resulta na moderna cultura industrial, o percurso até este estágio transforma os hábitos de pensamento dos homens por meio de um caminho em que a posse de riqueza torna-se mais importante e mais eficaz como base para a estima social, uma vez que multiplicam-se as oportunidades para a investida industrial e para acumulação. É bastante nítido a diferenciação entre classes inferiores e superiores. Ao passo que as superiores são aquelas de maior posse de bens materiais (ricas), as classes pobres possuem pouco ou nada de propriedades. Consequentemente, o padrão social de decência, honra e sucesso está relacionado a

posse de riqueza e a decorrente aquisição de bens, ao mesmo tempo que a indignidade relaciona-se aos trabalhos servis, de caráter industrial e natureza monótona, Veblen (1983, p. 18) observa que: “A riqueza é agora coisa honrosa intrinsecamente e confere honra a seu possuidor”. Neste ambiente, a emulação pecuniária é a busca pelo sucesso mediante o aumento dos confortos que a aquisição de capital propicia, ou seja, a propriedade de bens é a prova viva de um feito honroso, e merece toda estima social possível ao seu possuidor (VEBLEN, 1983).

Veblen (1983, p. 18) traça um paralelo entre a honorabilidade presente no estágio da barbárie e, posteriormente, na moderna cultura industrial:

Aos olhos da comunidade os homens de prestígio precisam ter atingido um certo padrão convencional de riqueza, embora tal padrão seja de certo modo indefinido; da mesma forma, no estágio predatório anterior, era necessário que o homem bárbaro atingisse um certo padrão de resistência física, de astúcia e de habilidade nas armas. Num caso, um certo padrão de riqueza, no outro, um certo padrão de proeza são as condições de honorabilidade; e tudo o que excede esse padrão é meritório.

A luta travada pelo indivíduo neste momento é, fundamentalmente, estabelecida na emulação pecuniária com vistas a atingir a honra, isto é, o padrão material presente é o ponto de partida para um aumento de riqueza que objetiva uma autoafirmação do indivíduo quando equiparado com os seus semelhantes no que diz respeito a força pecuniária. Por conseguinte, a situação proposta cria um indivíduo médio que sempre que a comparação lhe é desvantajosa encontra-se cronicamente descontente com sua própria situação, que vem a se transformar em um empenho feroz em busca de um padrão favorável. A necessidade do indivíduo nunca é satisfeita nestes moldes pois “[...] o fundamento de tais necessidades é o desejo de cada um de sobrepujar todos os outros na acumulação de bens” (VEBLEN, 1983, p. 19), a comparação pecuniária odiosa é a direção que aponta a ação humana. Portanto, a razão principal que leva o homem a acumular riqueza está, tanto no vigor quanto na dimensão, motivada rigorosamente pela emulação pecuniária (VEBLEN, 1983).

3.2 A DISTINÇÃO DE CLASSES

A necessidade do trabalho produtivo, elemento-chave dentro do ambiente industrial moderno, não teve a força suficiente para moldar por completo os rumos dos sentimentos das classes que compõe a sociedade. Mesmo que esse caráter tenha permanecido sobre as classes inferiores, embora esta tenha sido a única alternativa emulatória que lhe restou, o mesmo não pode-se dizer das classes superiores, haja visto que, evitam, por considerarem indigno, quaisquer atividades produtivas (VEBLEN, 1983).

Os indivíduos das classes inferiores sente-se orgulhosos de seu trabalho, que faz parte indissociável do seu modo de vida e oferece, como alternativa única, as armas para sua luta em busca da honra. De forma contrária, originando-se de hábitos de pensamento sedimentados em períodos predatórios, a classe superior mantém até hoje uma visão do trabalho como atividade indecente e humilhante. Essa tradição, que difere socialmente o que é passível de honra e o que não é, mantém sua ancestral força para moldar a forma de viver do homem através da coerção sobre um plano espiritual elevado, que se estende até o período moderno (VEBLEN, 1983).

A dignidade do homem, independente da avaliação de seu semelhante, passa, em praticamente todos os estágios da cultura, a ser medida através de sua própria consideração a respeito do fato de viver em “ambiente decente”, sem necessidade de “trabalhos servis” (VEBLEN, 1983, p. 22).

A representação hodierna do padrão de vida decente aplica força sobre os hábitos de pensamento das classes mais altas, fazendo com que as mesmas demonstrem repugnância contra quaisquer formas ordinárias de trabalho. Sentem todos os de gosto rebuscado uma contaminação espiritual em relação a aquelas tarefas exigidas das camadas sociais populares, incluindo nessa relação todas as referências materiais que conectam-se a esse modo de vida, frutos da pobreza, tais como: as casas baratas, os ambientes populares e os empregos manuais (VEBLEN, 1983).

A glamourização do ócio apresenta dois significados intrínsecos: o primeiro é sua utilização como forma de obter o respeito dos outros, dado sua capacidade de demonstrar força

pecuniária; o segundo é o resultado cognitivo de um processo de substituição, isto é, como o trabalho sempre foi caracterizado como sinal de força inferior, por meio de um processo mental facilitador, o mesmo é observado como intrinsecamente desprezível (VEBLEN, 1983).

A evolução da cultura em todos os estágios apresentou, apenas modificando seu formato e sua intensidade, uma diferenciação entre a classe ociosa e a classe trabalhadora mediante uma classificação, coordenada pelos homens, entre atividades honoríficas e vis. Ao passo que as sociedades tornam-se mais complexas e a regulação da propriedade estabeleceu suas bases, a obtenção de riqueza entre os homens de espírito elevado e os pobres não encontra saída através da apropriação – assim como também não encontra na indústria –, relegando muitos indivíduos a condição de mendicidade. Isto posto, sempre que o ócio encontra um clima favorável ao seu progresso, desperta uma classe pobre, com condições de vida frágil, de estado de espírito incapacitado de ocupar-se em atividades rentáveis (VEBLEN, 1983).

3.3 A CAPACIDADE EM DEMONSTRAR ÓCIO

Usufruindo da não aplicação de seu tempo em quaisquer atividades produtivas, o integrante da classe ociosa preocupa-se em adquirir habilidades e realizar façanhas capazes de, indiretamente, demonstrar a todos os resultados tangíveis de sua não ocupação. Na medida em que a sociedade progride e se complexifica, os bens materiais, as medalhas e as façanhas são englobadas dentro de uma gama maior de detalhes, na qual todas as circunstâncias da vida do indivíduo sofrem um processo de elaboração, com vistas a tornarem-se elementos que identificam seus detentores como sagrados no tocante a sua não ocupação em tarefas vis (VEBLEN, 1983).

É por meio de tarefas classificadas como eruditas que as demonstrações de ócio conspícuo ganham seu caráter mais revelador. O conhecimento de ciências ocultas, sintaxe e prosódia, regras gramaticais, composições musicais, além do gosto por roupas refinadas e animais de raça são exemplos que demonstram algumas das formas utilizados como prova do ócio. Porém, paralelamente a estes e com imediata notoriedade aos olhos alheios, destacam-se,

em uma cultura plenamente desenvolvida mediante o regime de *status*, as normas da educação, da decência, da polidez e cerimonial, em suma, a regra das boas maneiras, que possuem valor primordial como forma de uma respeitável parcela de ócio (VEBLEN, 1983).

Veblen (1983, p. 26) considera que: “Em grande parte, a etiqueta exprime uma relação de *status* - uma pantomima simbólica de domínio, de um lado, e de subserviência do outro”, daí parte a relação estreita entre as boas maneiras e a dignidade humana”. Quando identificado os traços de refinamento presentes em um membro da classe ociosa, outros indivíduos, sabendo que boa educação requer dinheiro, tempo e esforço, percebem que o mesmo, quando está longe da observação de todos, ocupa-se em adquirir talentos de nenhum valor produtivo, algo impensado para os indivíduos ocupados com trabalho rotineiro. Consequentemente, estes tornam-se elementos de confirmação de uma vida de ócio plena.

O que se estabelece neste regime de *status* é uma busca constante pela respeitabilidade por meio do ócio conspícuo, em outras palavras, aspirando melhorar seu talento, o indivíduo, mediante esforço diligente e gasto pecuniário, utiliza tanto o quanto for possível e necessário de tempo e dinheiro para “vencer” a competição de boas maneiras e alcançar sua irrepreensível respeitabilidade. Nesse sentido, Veblen (1983) destaca que o ócio conspícuo “[...] se transforma gradualmente tanto num esforço contínuo por um requinte cada vez maior no comportamento, como numa educação do gosto e da sensibilidade relativamente aos artigos que se devem consumir e aos métodos de consumo” (p. 27).

O decoro é uma expressão de *status* e exprime uma relação desigual entre membros de classes superiores e seus dependentes. Mediante este regime, evidencia-se uma pressão sobre a forma ideal de comportamento das classes inferiores, além de demonstrar para estas o bom emprego de seu tempo ocioso com atividades relacionadas aos bons costumes (VEBLEN, 1983).

Com o avanço do desenvolvimento econômico, mais especificamente nos primeiros estágios das sociedades industriais, as relações de propriedade ganham novas formas e a relação mais importante neste sistema é aquela que ocorre entre senhor e escravo (VEBLEN, 1983).

Os escravos são propriedades dos senhores e oferecem a estes a sua posição excepcional na sociedade. Esse sistema desenvolve-se, primeiro, por meio do trabalho escravo para a produção de bens, que é fundamental nos primeiros estágios da indústria, e, segundo, através das atividades relacionadas a serviços pessoais voltadas ao prazer do seu possuidor, os escravos, com isso, tornam-se o principal pilar de respeitabilidade dos seus donos perante os olhos da sociedade. Por esse motivo, modificam-se as atividades preestabelecidas de alguns dos servos, que passam a ocupar-se cada vez mais em atividades não industriais em virtude de uma demonstração de riqueza supérflua do senhor que, aos olhos da sociedade, é capaz de manter uma grande quantidade de empregados trabalhando única e exclusivamente para saciar suas necessidades triviais, provando sua riqueza e poder (VEBLEN, 1983).

Veblen (1983, p. 29) analisa a relação da seguinte forma:

Quando o permite a situação pecuniária do senhor, a enorme importância atribuída ao seu serviço pessoal acentua o desenvolvimento de uma classe especial de servos pessoais. A pessoa do senhor, encarnação do mérito e da honra é de extraordinária importância. Sua posição excepcional na comunidade e seu respeito próprio tornam essencial que ele tenha à sua disposição serviços especializados; tais servos não podem ter qualquer outra ocupação que possa perturbar sua tarefa principal. Estes servos especializados são úteis mais como ostentação do que pelos serviços especializados que prestam.

O resultado dessa nova organização entre os servos ocupados em atividades produtivas e aqueles utilizados em tarefas domésticas e pessoais cria uma nova classe ociosa subsidiária, ocupada em prover bem-estar ao senhor. Quando as mesmas atividades são realizadas por pessoas independentes e livres, ou seja, esposas e criados domésticos, a mesma deve ser designada como: ociosa vicária. Manifesta-se, dessa maneira, uma classe ociosa subsidiária ou derivada, “[...] cuja função é o ócio vicário em proveito da respeitabilidade da classe ociosa principal ou legítima” (VEBLEN, 1983, p. 31). Para completar a figura divina do senhor é preciso que o criado, e aquelas mulheres classificadas como boas esposas, além de ter uma atitude subserviente, mostrem que foram devidamente treinados nas práticas necessárias para o exercício de sua função, caso contrário, demonstram uma incapacidade de seu possuidor em aplicar o devido treinamento que, como resultado, demonstram uma falta de recursos aplicados para tal fim.

Hodiernamente, o ócio vicário não encontra seu auge como no passado, em razão dos meio mecânicos terem se desenvolvidos de tal forma que o conforto e a facilidade da vida cotidiana são substancialmente satisfeitos por modernas tecnologias. O emprego de criados nos

lares das classes altas justifica-se, assim, pelo impedimento dos componentes da família em realizarem as tarefas domésticas sem prejudicarem seus deveres sociais, além disso, este ócio gerado deve, segundo o código de etiqueta, ser empregado em atividades de caráter ocioso conspícuo, porém não mais restritas apenas ao senhor como foi no passado, mas a todos os membros da família (VEBLEN, 1983).

3.4 A SOCIOLOGIA DO CONSUMO

A diferenciação do consumo, como forma de distinção social, remonta o estágio da cultura predatória, na qual uma classe honorífica – composta por homens –, mediante a obtenção dos bens produzidos pelas classes inferiores – constituída por mulheres –, produz uma marca de proeza e designa a dignidade humana. Hodiernamente, a diferenciação de consumo de bens existentes assemelha-se a diferenciação anterior, uma vez que, ambas possuem uma característica cerimonial, ainda que a última não apoie-se em uma distinção de riqueza acumulada. A comunidade moderna, ao incorporar uma escala de consumo elevado, em virtude de seu caráter honorífico, aprisionou-se em um padrão de vida elevado cuja base material se eleva através do consumo, ou melhor, do consumo conspícuo, auferindo respeitabilidade a um indivíduo mediante comparação com seus semelhantes (VEBLEN, 1983).

O padrão de vida que governa nossos esforços não são aqueles baseados nos gastos de subsistência, mas sim nos gastos superficiais, cujo alcance demanda diligência. O estímulo que comanda essa atitude encontra-se na competição existente entre membros da mesma classe, cuja sobrepujança de determinado indivíduo é a demonstração de força pecuniária (VEBLEN, 1983).

Além da competição individual, também ocorre a competição entre classes, está, por sua vez, se expressa através da comparação odiosa entre os membros de cada classe, que invejam os membros da classe imediatamente acima, ao passo que, raramente, comparam-se com a classe imediatamente abaixo. Como resultado desse processo, Veblen (1983, p. 50) verifica que nosso padrão de respeitabilidade no tocante aos gastos: “[...] é determinado pelo que vigora entre os logo acima de nós quanto a respeitabilidade”.

Assim, em linhas gerais, a determinação sobre aquilo que deve ser considerado o esquema

de vida ideal da comunidade é determinado pela classe social e pecuniária mais elevada, devido aos seus padrões de consumo. Assim, os hábitos dos demais membros só encontram aprovação através da comparação positiva com os componentes das classes superiores, cuja missão é, através de um padrão e exemplo, traçar o esquema de salvação social na sua forma soberba (VEBLEN, 1983).

Na medida em que o padrão de vida é um hábito, e direciona-se por meio de determinado estímulo, sua dominância e persistência será tanto mais forte quanto mais arraigado o mesmo estiver sobre o modelo de vida em voga na sociedade, de outra maneira, quanto maior o tempo de influência de um hábito já formado, maior será a resistência para o seu abandono. Mais do que isso, caso o hábito esteja em consonância com os elementos étnicos de qualquer comunidade, maior será sua fixação sobre o comportamento individual (VEBLEN, 1983).

Entre os instintos elementares que tocam as questões econômicas, a autopreservação é o mais importante, seguido pelo instinto da competição. Essa propensão, dentro de uma moderna comunidade industrial, evidencia-se através da concorrência pecuniária e se desdobra, de forma análoga, a alguma forma de desperdício conspícuo. A tendência para o desperdício conspícuo está sempre posicionada para esgotar qualquer aumento de produtividade industrial após satisfeito o instinto da autopreservação (VEBLEN, 1983).

Ao contrário de uma tendência natural para a redução da pressão financeira sobre a comunidade através dos ganhos de produtividade industrial, Veblen, baseado no instinto de competição, constata o contrário:

Como a maior eficiência industrial possibilita produzir meios de subsistência com menos esforço, as energias dos trabalhadores da comunidade tenderão a alcançar maiores resultados nos gastos conspícuos, em vez de afrouxar o ritmo para maior comodidade” (1983, p. 52)

O padrão de gastos aceito pelos membros da comunidade nada mais é do que aquele aprovado pela classe superior, acompanhado da obstinação popular de estar em conformidade com um esquema de vida de prestígio. Por isso, a exigência de consumo é, sem embargo, o gasto supérfluo direcionado à ostentação. À vista disso, o consumo é o modelo disponível e

conformado com o código de boa conduta aceito e legitimado entre as classes superiores de todas as comunidades (VEBLEN, 1983).

Quando a escravidão sedimenta-se como uma instituição fundamental sobre as condições de vida humana, período que compreende o estágio quase pacífico da indústria, a classe industrial é relegada a consumir apenas o necessário para sua subsistência, enquanto as comodidades da vida cabem à classe superior. Esse cenário muda, pelo menos formalmente, na medida que o avanço econômico produz um sistema industrial baseado no trabalho assalariado (VEBLEN, 1983).

A sociedade industrial, através de seus centros urbanos, do trabalho nas fábricas e da promoção de maior mobilidade, isto é, de uma dinâmica social mais profunda, ampliou o ambiente humano, transformando as relações sociais em formas menos diretas. Assim, o ócio, que até então era o veículo de boa reputação, perdeu espaço para o consumo conspícuo, uma vez que, a eficácia dos bens materiais mediante os olhos de muitas pessoas é mais precisa no objetivo de auferir ao seu possuidor, através de julgamento alheio, uma condição de boa consideração (VEBLEN, 1983).

Como único meio prático de impressionar seus espectadores, que não possuem outras formas de julgamento alheio se não os bens materiais visíveis, o indivíduo sente-se impelido em demonstrar sua força pecuniária através de bens materiais que, segundo Veblen (1983, p. 43) “[...] mesmo correndo se possa ver”. Isto posto, torna-se evidente que o desenvolvimento dos hábitos sociais posiciona-se no sentido de aumentar o consumo conspícuo como meio de acrescer seu prestígio pessoal.

Um dos reflexos dessa orientação baseada no consumo é a diferença entre os gastos da população urbana e rural. Enquanto a população urbana, devido a uma rede de contato mais ampla e maior mobilidade da população, utiliza maior parcela de sua renda na obtenção de vestimentas e bens materiais, fazendo com que vivam habitualmente de “cinto apertado”; a população rural, com menos estímulo e essa linha de evidência, investe seus recursos em poupança financeira e nos confortos domésticos (VEBLEN, 1983).

Mesmo tendo discorrido a respeito dos motivos que levaram ao declínio do ócio conspícuo e a ascensão do dispêndio conspícuo, Veblen (1983) agrega um novo elemento a análise, denominado instinto de artesanato. O autor de ATCO considera que: “O instinto de artesanato está presente em todos os homens, e afirma-se até mesmo nas circunstâncias mais adversas” (p. 45), esse instinto tem como característica a busca por um propósito útil e seu pleno desenvolvimento ocorre na fase pacífica da indústria.

Esta busca por finalidade, que só encontra consistência mediante a organização socioeconomia fabril e o desaparecimento do trabalho compulsório, dirigiu a energia das elites para fins ostensivamente útil, ao mesmo tempo que manteve parte de seu desprezo por atividades de índole produtiva, culminando em uma reconciliação entre as exigências em conflitos através da elaboração de organizações que tenham como fundamento o emprego de atividades úteis, ainda que as mesmas não reflitam sobre seu real significado (VEBLEN, 1983).

A mesma a mudança ocorrida na esfera ociosa pode ser observada na esfera mais estreita do ócio vicário. A dona de casa, em vez de desperdiçar seu tempo em tarefas sem objetivo, dedica-se ostensivamente aos trabalhos domésticos, garantindo-lhe a execução de um esforço convenientemente dirigido para um fim respeitável (VEBLEN, 1983).

3.5 AS REGRAS PECUNIÁRIAS DO GOSTO

Na medida em que a norma reguladora do consumo é a exigência pelo consumo conspícuo, a sua forma plena e sofisticada é comumente inserida nas ambições do consumidor. Para evitar juízos negativos a seu respeito, o indivíduo, através da qualidade, quantidade e nível dos bens consumidos, coloca-se em consonância com as regras de boa conduta, exercendo uma força constrangedora sob a vista de observadores (VEBLEN, 1983).

Dado que o desenvolvimento cultural avança para a fase industrial e a inviolabilidade da propriedade privada torna-se a instituição preponderante do ponto de vista econômico e legal, tem-sê ao menos um novo hábito ramificado deste: a perseguição da riqueza como forma de construir uma boa reputação, utilizando-se do consumo conspícuo como método mais evidente de exposição (VEBLEN, 1983).

Destaca-se assim que, estando o consumo honorífico arraigado nos hábitos de pensamento, o mesmo exerce, direta ou indiretamente, influência sobre outros aspectos da vida em sociedade, moldando conceitos de beleza, utilidade, e até mesmo o senso da verdade (VEBLEN, 1983).

A satisfação que advém do uso de produtos caros e belos deriva sua noção de beleza do preço pago pela mercadoria, ao passo que Veblen (1983, p. 60) acrescenta: “Nossa grande apreciação do artigo superior é uma apreciação do seu caráter honorífico, com muito mais frequência do que seria a apreciação sofisticada de sua beleza”. Isto é, qualquer objeto que chame a atenção por seu senso de beleza deve preencher não apenas a exigência da beleza como também a condição do preço caro.

A lei do dispêndio conspícuo nos imputa a necessidade de viver em conformidade com a excelência estabelecida, atendendo as referências adotadas de gosto e decência, este modelo está tão arraigado no pensamento que os indivíduos são instintivamente repelidos por artigos baratos, por considerarem que o mesmo é desonroso. As classes passam, assim, a serem reconhecidas através do código de respeitabilidade demonstrados através dos bens consumidos, criando um ambiente que constrange e discrimina, ao mesmo tempo que molda minuciosamente o comportamento (VEBLEN, 1983).

Os elementos de vestuário e mobiliário doméstico são os mais influenciados pela fusão e confusão que se origina entre o preço e a beleza. A moda, em cada época do ano e em diferentes períodos da evolução social, classifica os artigos apropriados ao uso, ao mesmo tempo que rejeita os que não se encaixarem nesta padronização, em virtude de seus desvios da verdade estética. Todos os detalhes são analisados através da lente estética do consumo honorífico: cores; acabamentos; adornos e matérias-primas. Assim sendo, os artigos em conformidade com o padrão estabelecidos são perseguidos pelos indivíduos como forma de ostentar seu consumo do belo, obtendo aprovação dos membros sociais para, segundo o próprio Veblen (1983, p. 78) “[...] viver à altura do padrão adotado no tocante ao gosto e a respeitabilidade”.

O vestuário traz consigo, além da maestria em comprovar poder pecuniário, uma capacidade de demonstrar para o observador atento o completo afastamento do avaliado no tocante ao seu tempo gasto em atividades produtivas. Por meio de um julgamento superficial, o indivíduo vestido elegantemente demonstra que não desperdiça seu tempo em atividades industriais. Por esse motivo, sua estima social é substancialmente elevada e o vestuário, deste modo, satisfaz a expectativa de seu dono (VEBLEN, 1983).

O ócio encontra na elegância do vestir mais uma de suas insígnias; roupas impecavelmente limpas e de cores claras, sapatos de couro legítimo e chapéus elegantes realçam a dignidade do seu possuir, além de demonstrar a evidente incapacidade do mesmo em realizar qualquer atividade de utilidade humana. Semelhantemente, o padrão de ostentação de gastos demanda que os empregados domésticos tenham seus uniforme em condescendência com o desconforto, demonstrando sua dependência econômica e enfatizando uma relação de servidão com aquele que a aptidão para despender deve ser realçada (VEBLEN, 1983)

No tocante a vestimenta das mulheres estas são fundamentalmente afetadas pelas regras indumentárias estabelecidas, primordialmente aquelas questões envolvendo a incapacidade para o trabalho produtivo informada pelos trajes utilizados. O desenvolvimento da cultura relegou a mulher, através da situação de ócio vicário e consumo vicário, a uma posição subserviente, em que sua tarefa primordial é o consumo para o chefe da casa, com o vestuário sendo o elemento formulador de tal objetivo (VEBLEN, 1983).

A situação da mulher, como nenhuma outra, causa um desconforto para os observadores ao destoar daquilo que é esperado em relação às suas funções sociais, Veblen (1983), por isso, destaca que: “Irrita-nos os nervos contemplar uma mulher bem nascida necessitada de ganhar a vida mediante trabalho produtivo. Não é essa a “esfera da mulher”. Sua esfera é o lar, que ela deve “embelezar” e do qual deve ser o “principal ornamento”” (p. 82).

A mulher protege o nome da casa em que vive, por essa razão, o esquema de ócio conspícuo e dispêndio honorífico, sob os quais essa proteção baseia-se, deve ser incansavelmente

guardado, sob pena do nome da família ser negativamente avaliado. Nesse sentido, o sapato elegante, o chapéu, correntes e colares e as saias, são, ainda que desconfortáveis, importantes para demonstrar sua dependência com relação ao homem da casa, relegando-a a função de demonstrar a capacidade do seu senhor em despender (VEBLEN, 1983).

Entretanto, o vestuário adequado, além de respeitar as regras já abordadas, deve também estar em consonância com as regras do período. A moda, dado sua constante mudança de estação para estação e incessante busca por novidades, está diretamente relacionada com o desejo do dispêndio conspícuo. O desperdício, neste caso, encontra-se no fato que, em um breve período de tempo, uma variedade específica de modelos, cores, tamanhos e tecidos de roupas é socialmente aceito como honorífico e, quanto menos características adotadas no presente foram transportadas para o período seguinte, maior será o dispêndio perdulário (VEBLEN, 1983).

O dispêndio conspícuo é um dos meios do indivíduo alcançar o padrão de respeitabilidade exigido, porém, dentro do mesmo movimento, o desperdício – atuando por meio de uma lei psicológica que antipatiza qualquer tipo de inutilidade – é rejeitado pelo gosto humano, transformado a moda em um fator que conecta essa inconsistência do hábito de pensamento humano. Quando a inovação surge, mediante alguma alteração no padrão vigente, a parcela preocupada com o dispêndio supérfluo reencontra, evitando julgamentos odiosos, um pretexto para seu gasto ostensivo. Essa parcela descobre um caminho para o desperdício que durará o tempo suficiente para esse novo padrão tornar-se repulsivo e, conseqüentemente, a lei do desperdício buscar morada em um padrão similarmente fútil e insustentável (VEBLEN, 1983).

Isto posto, Veblen (1983) esquematiza três princípios derivados de tal hábito:

[...] como norma dominadora do vestuário, o amplo princípio do dispêndio conspícuo. Subsidiário desse princípio, e como um corolário do mesmo, observamos, como segunda norma, o princípio do ócio conspícuo. Na feitura de vestidos essa norma opera na forma de diversos dispositivos que servem para mostrar que quem os usa não se empenha – tanto quanto se possa conveniente demonstrar – em trabalho produtivo. Além desses dois princípios, há ainda um terceiro, de força igualmente constrangedora e escassamente menos importante, o qual ocorrerá a quem quer que reflita sobre o assunto. O vestuário não apenas deve ser conspicuamente dispêndioso e incômodo; deve, ao mesmo tempo, estar na moda” (p. 79).

Para os bens de consumo durável a ênfase no acabamento e no artesanato representam os traços do dispêndio honorífico relacionado a cada peça, estes traços guardam o acabamento digno com vistas a exacerbar seus elementos honrosos. Dessa forma, os bens que geram maior apego pelos consumidores são aqueles em que a marca do dispêndio conspícuo fique mais evidenciada em sua produção, com características rústicas, remetendo ao período arcaico (VEBLEN, 1983).

Por esse motivo é que os objetos domésticos, em que a produção é realizada de maneira artesanal, ganham destaque quando comparado aos mesmos produtos confeccionados por máquinas. Como o trabalho manual é mais dispendioso e destaca-se por sua rudeza no acabamento, aqueles utensílios produzidos dessa maneira ganham maior respeitabilidade, são facilmente identificados pelo olhar alheio e, dessa maneira, corporificam os elementos que o alavancam como um produto superior (VEBLEN, 1983).

A boa reputação pecuniária reflete inclusive nas regras de beleza dos animais domésticos. Enquanto os animais que cumprem a função de bens produtivos, como as aves de criação, porcos, gados, não são considerados como belos; outros animais como: aves de gaiola, cachorros e cavalos de corrida, dado sua função não-lucrativa, tem seu padrão estético apreciado. Como estes últimos são considerados artigos de consumo conspícuo e, portanto, honoríficos, são julgados como genuinamente belos, sendo bem-conceituados pela completude das classes superiores atenta a seu uso como forma de confrontação entre seu possuidor e os vizinhos (VEBLEN, 1983).

No que se refere ao modelo de beleza das pessoas, as mulheres são constrangidas com regras mais rígidas, estabelecidas desde as fases iniciais do desenvolvimento econômico. A fase industrial avançada, em que a classe mais alta acumulou riqueza suficiente para que as mulheres fosse completamente alijadas do trabalho produtivo, é responsável por constrangê-las à formas estritamente delicadas, de incapacidade física evidente para emprego útil. Estes traços são utilizados para demonstrar que a mulher vive exclusivamente para comprovar que seu marido é capaz de mantê-la na ociosidade, provando seu poder pecuniário. Inclusive formas físicas artificialmente imputadas são perseguidas para que as mesmas conformem-se com o padrão de beleza estabelecido (VEBLEN, 1983)

À guisa de conclusão, Veblen (1983) coloca luz sobre a lei do dispêndio conspícuo, traço que, por sua vez, exige dos indivíduos, com vistas a enquadrar-se em uma norma de reputação, realizar gastos em produtos caros como meio através do qual realiza-se uma comparação odiosa com outros membros. Ao mesmo tempo, impõe uma barreira intransponível para o consumo de produtos baratos, tornando inconcebível um estilo de vida que demonstre uma incapacidade para o gasto imoderado.

Tal lei antes regula do que cria, exigindo sempre uma conformidade com o padrão imposto e atuando de forma seletiva sobre quaisquer novos métodos de uso e consumo que surjam. Para sobreviver é preciso adequar-se e, para sobressair-se, é necessário extrapolar ainda mais as normas estabelecidas (VEBLEN, 1983).

3.6 INSTITUIÇÕES E INDIVÍDUOS

Para Veblen (1983) o progresso das instituições e do caráter humano é resultado de uma “seleção natural dos hábitos mentais mais aptos e um processo de adaptação forçada dos indivíduos a um ambiente que vem mudando progressivamente” (p. 87). As instituições são maleáveis e constantemente modificadas, resultado de uma adaptação seletiva, isto significa dizer que são, ao mesmo tempo, responsáveis pela mudança e modificadas por elas.

As instituições movem-se a partir de estímulos gerados mediante novos hábitos adaptados para novas circunstâncias, é a partir da relação dos indivíduos, observado dentro de suas relações particulares com a comunidade, que os hábitos mentais são formados e no transcorrer do tempo modelam o desenvolvimento da sociedade (VEBLEN, 1983).

Devido às circunstâncias da vida, que mudam constantemente, o processo de seleção e coerção pelo qual as instituições – e sua influência sobre o pensamento coletivo – são submetidas estão sempre em desacordo com o momento presente. Dentro de um ambiente caótico que a sociedade encontra-se inseridas, diariamente os indivíduos são pressionados a adaptar-se, de forma com que nem bem uma instituição firma suas bases, alterando ou revigorando o pensamento crítico coletivo, esta tende rapidamente a tornar-se obsoleta e ultrapassada. A

situação presente sempre conduz a uma nova tentativa de adequação, haja visto que, a situação atual nunca está plenamente satisfeita pelo esquema de vida presentemente aceito (VEBLEN, 1983).

Em virtude da evolução social ocorrer exclusivamente através de um processo de mudança mental dos membros da sociedade, estas tendem a perdurar enquanto as exigências circunstanciais aceitarem o padrão de vida estabelecido. Ocorre, dessa forma, que as instituições correntes possuem um caráter intrinsecamente conservador e imobilista, adaptando-se mediante uma extrema pressão externa em virtude da insustentabilidade das exigências construídas no passado. Por esse motivo, Veblen (1983) ressalta que:

Um reajustamento nos hábitos mentais humanos a fim de se conformarem com as exigências de uma situação modificada é em qualquer caso feito apenas tardiamente e com relutância, e tão-somente sob a coerção exercida por uma situação que tornou insustentável as opiniões adotadas. O reajustamento das instituições e das opiniões habituais em relação a um ambiente alterado é feito em resposta à pressão externa; sua natureza é a de uma reação provocada por um estímulo (p. 89).

O conjunto de opiniões mantidas pelo conjunto de indivíduos formam um consenso sobre o esquema de vida que é mais certo e que deve ser adotado por todos os seus membros, em virtude de sua adequação para a relação entre o indivíduo e o meio ambiente. Assim que o meio ambiente altera-se e surge a necessidade de mudança nos padrões vigentes, ou seja, uma mudança das opiniões sobre o esquema de vida correto, alguns desses indivíduos, que veem-se impelidos em mudar seus hábitos corriqueiros caso desejem manter um método apreciável de vida, não conseguem se adaptar ao novo conceito de belo, tornando-se incapazes de viver no ambiente configurado nesse novo plano de vida (VEBLEN, 1983).

É ainda mais verdade o caráter conservacionista em relação a mudanças no hábito de vida e de pontos de vista que tocam às classes ociosas. Na medida em que estas não são coagidas pelas exigências econômicas, haja visto sua posição pecuniária privilegiada, as mesmas não sofrem a perturbação causada por uma nova ordem industrial. Conseqüentemente, o papel da classe ociosa no desenvolvimento social é, invariavelmente, o de retardar o movimento e impor limites sobre o esquema de mutação social, uma vez que, encontra-se amparada pelas forças que definem a mudança institucional (VEBLEN, 1983).

Fazendo uso de sua posição privilegiada a classe ociosa promove um desestímulo quanto

ao desenvolvimento social por meio de uma influência normativa sobre as demais classes que são, deste modo, influenciadas pela estima das boas instituições criadas no passado e servem de coro contra os processos inovativos, tecnológicos ou industriais (VEBLEN, 1983).

Dessa forma, toda transformação social é tardia. Primeiro porque não se coaduna com os interesses arcaicos da classe superior e, segundo, porque o ser humano é psicologicamente mais propenso a manter um hábito do que adaptar-se a um novo (VEBLEN, 1983).

Toda mudança de hábito envolve uma reestruturação direta de algum aspecto de vida, assim como pode significar uma completa reformulação social. Quando a mudança afeta diretamente uma instituição de primordial importância, o processo de ajustamento é incômodo e desagradável. Sua adesão, conseqüentemente, por parte das categorias sociais impactadas é um penoso, incerto e árduo processo, dado a rejeição social para mudança do estilo de vida vigente. Veblen (1983, p 93) observa que: “A aversão à mudança é em grande parte uma aversão ao incômodo de precisar fazer o reajustamento exigido por qualquer determinada mudança”.

Em virtude do dispêndio de energia que qualquer alteração no padrão atual exige, as classes pobres, que precisam de sua energia aplicada na obtenção do sustento diário, e, por isso, possuem dificuldade de adaptar-se ao reajustamento, tendem a ser conservadoras. Desta maneira, as classes pobres comungam os interesses com os participantes das classes ociosas que, por possuírem recursos e não se ocuparem com atividades industriais, apresentam maiores e melhores condições para aderirem às modificações, ainda que atuem no sentido de mantê-las intactas (VEBLEN, 1983).

O efeito social dessa disparidade econômica é uma compressão da classe ociosa contra as classes baixas no sentido de retirar-lhe o máximo possível as condições básicas e, à vista disso, reduzir seu consumo a tal nível que sua condição de empreender esforço em direção a mudança social seja tão baixo que a mesma não encontre saída, a não ser postar-se como um obstáculo ao desenvolvimento social (VEBLEN, 1983).

Como a promoção da prática do consumo conspícuo é consolidada por meio da noção do

belo, que reside sobre o modo de vida da classe honorífica, e as demais classes são seduzidas por esse refinamento pautado no consumo, todo o excesso de energia disponível nestas últimas é direcionado para a poupança e aquisição de bens de forma conspícua. O resultado desta obrigação pecuniária é: i) pouca renda sobra após descontado a subsistência e o consumo conspícuo; ii) pouca energia é salva para após suprir ambos os interesses. Assim, a atitude conservadora é fortalecida pela comunidade (VEBLEN, 1983).

O estabelecimento da classe ociosa arrefece um comportamento inovador através dos seguintes modelos: i) o conservadorismo da própria classe; ii) o exemplo da atividade conspícua como padrão honorífico; iii) a desigualdade de distribuição de renda; e, finalmente, iv) por meio do interesse na manutenção dos meios materiais de vida, que asseguram as condições privilegiadas alcançadas (VEBLEN, 1983).

As instituições hodiernas estão sempre desajustadas ao processo evolucionário efetivo, significando que, estão sempre “erradas” dentro de um intervalo maior do que o presente e o passado. A instituição da classe ociosa, na visão de Veblen (1983): “[...] contribui para a perpetuação do desajustamento existente das instituições, e até favorece uma reversão para um esquema de vida algo mais arcaico; um esquema que estaria ainda mais longe de ajustamento com as exigências de vida” (p. 95).

As instituições primárias, ou seja, de natureza econômica, observadas através de uma perspectiva evolutiva, dividem a estrutura socioeconômica em duas espécies, que acordam-se com os diferentes propósitos da vida econômica: i) as instituições pecuniárias, de caráter conservador, predatório e parasita, visando o benefício individual e manutenção de posse, derivativa da cultura predatória; ii) as instituições industriais, de ações produtivas e a serviço do desenvolvimento econômico (VEBLEN, 1983).

O mundo econômico avança por meio da observação das instituições de caráter predatório, que não ajustam-se inteiramente as obrigações presentes e são modeladas pela classe ociosa através de seus objetivos em manter o lucro proveniente da atividade industrial. As decorrências dessa atitude são afirmadas pela gama de organizações formuladas com o intuito de,

exclusivamente, manter intacto a segurança de propriedade; as transações financeiras; e os interesses obtidos, portanto, promovendo uma melhora direta na direção daqueles indivíduos que mais tem interesses nessa manutenção, quais sejam, aqueles que compõem a classe ociosa, visando a conservação do plano social e industrial presente, com vistas a uma extração pecuniária pacífica e organizada (VEBLEN, 1983).

3.7 O ESTABELECIMENTO DA CLASSE OCIOSA

A composição da classe ociosa é balizada por meio de uma maior aptidão dos indivíduos que compõe a sociedade para a atividade pecuniária. Entretanto, as raízes dessa classe honorífica fundamentam-se em hábitos que devem seu nascimento ao período social primitivo e, seu estabelecimento, impõe medidas de maior e menor significado sobre as demais grupos que compõe as camadas inferiores (VEBLEN, 1983).

A verificação mais evidente dos traços herdados de períodos arcaicos é expressa na propensão para a luta, denominada por Veblen de “espírito marcial” (1983, p. 111) e, no âmbito coletivo, representada pelo patriotismo. Através desse prisma, considera-se a guerra uma atividade honrosa mediante a visão dos homens em geral, sendo os seus maiores entusiastas identificados como membros das classes mais altas, principalmente na classe ociosa hereditária, e também aqueles indivíduos classificados como delinquentes, que auferem as mesmas condições honrosas aos hábitos naturalmente belicosos.

Enquanto isso, aquelas classes adeptas as atividades industriais possuem aversão a qualquer atitude que demande o uso de força, fazendo com que em sociedades em que o grau de desenvolvimento industrial encontra-se bastante avançado a atitude agressiva torne-se obsoleta entre as pessoas comuns (VEBLEN, 1983).

A origem dessa diferença de hábitos entre as classes é, de certa forma, uma resposta da composição étnica de cada sociedade. A diversidade étnica que pode ser caracterizada mais claramente dentro de sociedades mais arcaicas, cuja formação remonta linhagens de famílias muito antigas, apresentam maior desequilíbrio entre a similaridade dos grupos sociais, ao passo que, sociedades mais novas possuem características mais homogêneas e menor diferenciação

entre classes (VEBLEN, 1983).

Outro elemento que é de origem primitiva e institucionalizado nos hábitos da classe superior como expressão da sua propensão ao combate é o duelo. Tal hábito é largamente utilizado tanto por delinquentes como pela classe ociosa como um ajuste final para resolução de uma diferença de opiniões, de defesa da honra e da masculinidade. Ao afirmarem sua honra mediante a referida atitude, a mesma se espalha e exerce uma incapacidade de afirmação dos homens mediante um comportamento que não seja direcionado ao duelo (VEBLEN, 1983).

Veblen (1983) entende que essa propensão agressiva é desenvolvida na fase de vida juvenil – que segue a primeira fase do desenvolvimento – e usualmente termina quando o se atinge a maturidade. Porém, no que toca o desenvolvimento daqueles indivíduos adeptos aos hábitos marciais, identifica-se uma interrupção no processo de formação espiritual e, aqueles traços que para os demais indivíduos são deixados na infância como a agressividade e a disposição para o duelo, para estes permanece sua manifestação arraigada na fase adulta.

Entre aquelas atividades com o objetivo evidente de obter proeza encontram-se os esportes de todas as espécies, sendo a prática esportiva procedente do instinto de artesanato. Através da habilidade, as práticas esportivas têm a capacidade de formular um espaço destinado ao combate no qual os indivíduos, por meio da astúcia e demonstrações físicas, despontam suas atitudes predatórias emulativas. Este é um comportamento intrinsecamente juvenil, ou seja, característico daqueles indivíduos que tiveram interrompidos seu desenvolvimento para a fase adulta (VEBLEN, 1983).

Ainda que uma vasta gama de motivos – como a necessidade de recreação ao ar livre e o amor a natureza – possam ser apresentados para justificar a prática de esportes, tais como a caça e pesca, estes definitivamente não fazem parte dos motivos imprescindíveis para sua realização, visto que a razão central repousa no desejo feroz em dominar a natureza mediante uma matança desenfreada sobre todas as coisas vivas possíveis (VEBLEN, 1983).

Entretanto, esse contato com a natureza só é possível uma vez que a prática esportiva é

trazida da cultura predatória como um legado honorífico e de alto valor de ócio cotidiano, estabelecendo sua importância nos hábitos e tradições de vida da comunidade e recebendo a plena aprovação para sua prática, para Veblen (1983, p. 117) “[...] as regras da dignidade lhe aconselharão os esportes como expressões de uma vida pecuniária imune à censura”.

Em virtude das particularidades da competição moderna, que enfatiza o desenvolvimento das características individuais de natureza predatória, o indivíduo é impelido em buscar um aprimoramento constante em atividades que não necessariamente tragam vantagem do ponto de vista coletivo. A presença da astúcia e ferocidade no comportamento individual, fundamental no campo competitivo, é somente vantajosa para a comunidade quando esta encontra-se em confronto com comunidades rivais, enquanto que para o indivíduo, a mesma serve para melhorar a autoconfiança ao mesmo tempo que exacerba a violência e a esperteza, elementos fundamentais no período bárbaro para a autopreservação (VEBLEN, 1983).

Ainda que a vantagem coletiva oriunda da prática de esportes seja inútil e produza um efeito socialmente desintegrante, há um sentimento popular favorável a sua prática, esse sentimento é legitimado através insistência em seu benefício no favorecimento de um hábito mental frutífero tanto para os objetivos sociais como industriais (VEBLEN, 1983).

No que diz respeito aos efeitos econômicos da inclinação popular na vida esportiva, esta afeta diretamente a sua direção, padrão e ideais, bem como seu nível de adaptação ao meio. De impacto menos direto na vida econômica, a expressão da proeza, como elemento variante da cultura predatória, servem para indicar o nível de adaptação ao qual o indivíduo se moldou para adequar-se às exigências da atualidade. E como expressão bárbara, a proeza se manifesta de duas formas soberanas: a força e a fraude, que estão presentes tanto nas guerras como nos esportes, sendo reforçadas e mantidas pelas características mais indispensáveis da vida emulativa (VEBLEN, 1983).

Veblen, ao lançar luz sobre as características da ferocidade e astúcia, entendendo-as como expressões destacadas para o proveito pessoal e defendidas na lei dos costumes, reitera seu prejuízo para vida coletiva:

As duas características bárbaras - ferocidade e astúcias - que compõe o temperamento predatório ou a atitude espiritual são expressões de um hábito mental mesquinamente egoísta, ambas altamente úteis para o progresso individual de uma vida que visa o bom êxito para emulação. Possuem igualmente um alto valor estético e são ambas incentivadas pela cultura pecuniária. Mas nenhuma das duas tem qualquer valor para os propósitos de vida coletiva (1983, p. 123).

Outra manifestação ramificada do temperamento bárbaro é a crença na sorte. O hábito de jogar e apostar é, tão somente, uma expressão mais concreta dessa crença, que por sua vez, é resultado de uma condição cultural anterior a fase predatória, de visão animística das coisas da vida e transportada para as modernas exigências industriais (VEBLEN, 1983).

Como expressão particular do instinto de artesanato, a crença na sorte exalta a probabilidade de sucesso por meio de sua expressão nos ganhos financeiros em virtude de um respaldo transcendente em seu favor. A importância dessa expressão no âmbito econômico, autoriza uma investigação de sua formação, assim como suas origens e influências na comunidade.

A fase primária, ou arcaica, forma a base de explicações de cunho pessoal para fenômenos desconhecidos, carentes de explicação lógica a respeito de coisas ou casos. Os indivíduos ao mesmo tempo que apegam-se a talismãs e amuletos, temem as forças ocultas que possam ser lançadas pelo inimigo. Os objetos atuam para um fim deliberadamente intencionado, ou, como assevera Veblen (1983, p. 126), “Em sua forma simples, a crença na sorte é esse sentido instintivo de uma inescrutável inclinação teleológica dos objetos e das situações”.

A segunda fase é caracterizada por uma transformação do familiar animismo em uma força sobrenatural. Essa manifestação é pouco personificada e apela seu avanço a uma personificação antropomórfica que, como melhor exemplo demonstrativo, é evidenciado no desafio do combate singular, no qual o indivíduo julga que uma força sobre humana atuará como árbitro em favor das pretensões singulares de cada combatente (Veblen, 1983).

O significado econômico dessa propensão a explicações animistas para situações reais é um enfraquecimento de observações concretas a respeito dos fins industriais aos quais os indivíduos entram em contato. Em razão da importância no âmbito industrial da capacidade individual em entender os fatos e associá-los em termos causais quantitativos, o estímulo da

redução dessa capacidade, por meio da promoção de uma instituição sobre-humana explicativa, atua de forma contraproducente na eficiência produtiva de qualquer comunidade (VEBLEN, 1983).

A crença em um agente sobrenatural e as diversas formas pela qual o contato é intencionado pelos indivíduos, é uma forma clara de culto que, por sua vez, parte de um hábito mental de devoção e um esquema de vida de credulidade vigente, cuja expressão mais evidente é encontrada em um nível de cultura quase-pacífica. A classe esportiva, que comunga desse senso animista, se relaciona com a classe dos delinquentes tanto no sentido da credulidade vigorante no estilo de vida, quanto nas observâncias devotas por ambas compartilhadas (VEBLEN, 1983).

O esquema de vida arcaico, ainda que orientem os hábitos mentais de uma pessoa devota, não se afirmam sobre as exigências econômicas hodiernas, ou seja, pautado em um regime de *status* e de característica submissa, a orientação devota é uma expressão sobrevivente de uma fase antiga que impede o curso desenvolvimentista das instituições e suas adequações a situações presentes. Em sentido contrário, o temperamento que beneficia a indústria do período atual é aquele que vê exclusivamente o valor dos fatos através de sua sequência mecânica (VEBLEN, 1983).

A distribuição e o consumo de bens, elementos fundamentais do campo econômico, também são afetados por essa atitude mental devota. Através do consumo de acessórios rituais requeridos pelos cultos – trajes, ornamentos, acessórios – conectam-se com o dispêndio conspícuo, uma vez que não servem para nenhum propósito material. Assim, os trajes são elaborados com o sentido de demonstrar seu esplendor e alto dispêndio, enquanto os locais, onde a adoração aos seres divinos é realizada, não são menos espetaculares e carregam os traços arcaicos em suas edificações. Os sacerdotes, representações divinas na terra, adotam toda a indumentária requerida para demonstrar sua vida de ócio, devidamente aceita pela população, além de, sob pena de heresia, abdicarem de trabalho produtivo e consumirem com largueza, ainda que as demonstrações nítidas de conforto devam reter-se as regras que limitam o consumo vicário (VEBLEN, 1983).

4 INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA BRASILEIRA: OS REFLEXOS DA CULTURA SOBRE A ESTRUTURA INDUSTRIAL

O objetivo deste capítulo é trazer a luz as interpretações referentes a formação social brasileira, assim como o papel desempenhado por tal estrutura no tocante ao desenvolvimento industrial a partir da década de 1930. Para este fim, serão abordados os conceitos formulados por autores que basearam suas interpretações através de uma sociologia da herança patriarcal/patrimonial e tem como principais autores: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro. No mesmo sentido, e com objetivo em agregar com uma visão nova e divergente (ainda que em muitos pontos complementares), será apresentado os conceitos exposto por Jessé de Souza, que desconstrói a ótica patrimonialista e intenta trazer ao debate uma análise das classes sociais e suas consequências na formação nacional.

Ademais, será discorrido a dinâmica acerca do desenvolvimento periférico por meio da abordagem estruturalista cepalina e sua identificação quanto aos aspectos fundamentais das relações desiguais no âmbito do comércio internacional. Em seguida, será abordado as condições específicas da economia brasileira e a forma como deu-se a inserção dos hábitos de consumo, oriundos da abordagem vebleniana, na estrutura industrial do Brasil a partir da terceira década do século XX.

4.1 HERANÇA CULTURAL/PATRIMONIAL

O processo de colonização do Brasil apresenta um caráter muito singular no que concerne o seu estabelecimento e posterior desenvolvimento. Este fato dá-se por, primordialmente, às características de seu povo colonizador: o português. A originalidade presente nos traços mais marcantes da sociedade brasileira tem suas raízes entranhadas no equilíbrio de antagonismos que moldaram o país Ibérico e os torna especialmente aptos a realizar o empreendimento de colonização (FREYRE, 2003).

Influenciada no passado por judeus e mouros – estes últimos deixando marcas sociais mais profundas no processo de conquista do país –, a sociedade portuguesa incorporou dentro de si elementos raros de serem encontrados em outros povos. Todo o contexto social, cultural e racial desenvolvidos através da gênese portuguesa torna-os um povo de enorme plasticidade social (FREYRE, 2003; HOLANDA 1995).

Ao traçar os componentes dinâmicos de seu estabelecimento, Holanda (1995) observa a constituição portuguesa como oriunda de uma mescla procedente, fundamentalmente, de sua localização imprecisa entre a Europa e a África, ou seja, “territórios-ponte pelos quais a Europa se comunica com os outros mundos” (p. 31). Ademais, o processo de miscigenação não era algo novo na colônia portuguesa, uma vez que, antes da chegada ao Brasil da população Ibérica, estes importavam mão-de-obra escrava em sua metrópole e promoviam a mistura de cor entre colonizadores e colonizados (HOLANDA, 1995).

O processo de mestiçagem, anterior à chegada ao Brasil, contribuiu para uma destituição do orgulho de raça que agregou ao estilo do indivíduo aventureiro que se lançou as terras brasis uma postura de certo desleixo e abandono com as questões ligadas a raça. Nenhum povo europeu apresentava características tão singulares no que toca sua capacidade em adaptar-se a terras desconhecidas e realizar empreendimentos exploratórios, com vistas ao enriquecimento próprio (HOLANDA, 1995).

Gilberto Freyre (2003) aponta para três elementos centrais para caracterizar os colonizadores nacionais: i) a miscibilidade: que é a capacidade do intercuro social e sexual com a população africana e indígena, pautada pela não preocupação com a pureza da raça, mas sim da manutenção da fé; ii) a mobilidade: facilitada por navios que realizam o transporte de enormes quantidades de mão de obra (principalmente do continente Africano), além do transporte de bens materiais; iii) e por fim, a aclimatibilidade: que foi a capacidade de superar as condições do solo e de temperatura sem sofrer graves perturbações adaptativas.

Para traçar os contornos que formariam a sociedade *sui generis* estabelecida nos trópicos, é necessário mais do que abordar o conjunto de costumes e hábitos fundamentais hegemônicos na colonização. Para mais, é necessário atentar para o fato do sentido de colonização que se estabeleceu, qual seja, uma colônia de exploração (HOLANDA, 1995). Os indivíduos que se lançaram ao empreendimento colonizador na América não nutriam o interesse de povoar estas regiões, este só surgiu mediante necessidade das novas e imprevistas circunstâncias (PRADO

JUNIOR, 1961).

Em princípio, a base econômica era focada na extração de madeira, peles e pesca. Somente com o progresso destas atividades é que a ocupação do território evoluiu, ao passo que, é somente com o avanço do processo agrícola – e a conseqüente estabilidade econômica – que a questão exploratória ganha novos rumos (PRADO JUNIOR, 1961).

O movimento de exploração, pautado pelas considerações comerciais visando o favorecimento do lucro próprio, é o que funda no Brasil a “vasta empresa comercial” (PRADO JUNIOR, 1961, p. 25), objetivando a produção de bens primários para a exportação. A essência da formação nacional está pautada na sua constituição comercial de caráter fornecedor de bens primários como: açúcar e tabaco no primeiro momento; seguido por ouro e diamante e, posteriormente, algodão e café – todos os bens visando o mercado consumidor europeu (PRADO JUNIOR, 1961).

Sendo o objetivo mercantil o elemento guia da constituição nacional, Prado Junior analisa que:

Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio: inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira (PRADO JUNIOR, 1961, p. 26)

Ao apontar a agricultura como “[...] o nervo econômico da civilização” (PRADO JUNIOR, 1961, p.124), o autor de *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) volta sua atenção para a grande unidade produtora que, combinado a monocultura e o trabalho escravo, aglutinam-se em um sistema de *plantation* que forma os pilares responsáveis por sustentar toda estrutura do país, tanto econômica como social, nos primeiros séculos da colônia. A base da ocupação agrícola foi direcionada para o desenvolvimento de riqueza vegetal através do dinheiro e esforço do indivíduo, formando a grande lavoura escravocrata (FREYRE, 2003).

A organização social oriunda do sistema aqui constituído sob a tutela da grande unidade produtora é o que cria os traços mais marcantes da organização socioeconômica da colônia, uma vez que é nesse sistema que constitui-se a extrema concentração financeira que define a

economia dos primeiros séculos do Brasil. A consequência mais imediata no âmbito social é a situação à margem que encontra-se tanto a população de escravos quanto os indivíduos desprovidos de quaisquer bens, uma situação que ao longo do tempo se agrava e constituirá uma das marcas mais profundas da nação (PRADO JUNIOR, 1961).

Dentro das produções em grande escala voltadas para a exportação de bens, o elemento ponderador foi a família patriarcal (FREYRE, 2003; HOLANDA XXX; PRADO JUNIOR XXX). A plástica social, estabelecida já com elementos luso-brasileiros, elaborada dentro do ambiente das casas-grandes e senzalas, expressam um ambiente no qual as características estabelecer-se-ão de forma peculiar e única na cultura nacional (FREYRE, 2003), e que centenas de anos passados não serão suficientes para atenuar alguns dos traços mais fortes desse período (HOLANDA, 1995). É dentro do ambiente rural que essa nova sociedade em formação se assentará por inteiro ao longo de uma base agrícola latifundiária, assim sendo, conforme atesta Oliveira Vianna (2005, p.70): “uma sociedade de hábitos e costumes caracteristicamente rurais”.

Dentro das casas-grandes, estas complementadas pelas senzalas, é que os atributos da produção, do trabalho, do transporte, da vida sexual e de família, da higiene básica e organização política são definidos e contemplam todo o esquema de vida que toca as terras brasis desde sua fundação (FREYRE, 2003). A vida da família atua na mentalidade nacional de forma a torná-la “[...] fundamentalmente doméstica. Doméstica pelo temperamento e pela moralidade. Doméstica pelos hábitos e pelas tendências” (VIANNA, 2005, p. 99-100).

Mais do que reis e bispos, os senhores rurais é quem apresentam-se como verdadeiros donos do Brasil, estabelecendo seu poder mediante terras, forças de trabalho e mulheres. Suas casas eram a representação do seu poderio feudal, onde circulavam não só pessoas, como também dinheiro, representando, praticamente, o papel de bancos na economia colonial (FREYRE, 2003).

O poder do *pater família* na sociedade rural abarcava uma grande quantidade de instituições estabelecidas nos primeiros anos da colônia, conforme observa Vianna (2005, p.100):

É imensa a ação educadora do pater-famílias sobre os filhos, parentes e agregados, adscritos ao seu poder. É o pater-famílias que, por exemplo, dá noivo as filhas,

escolhendo-o segundo as conveniências da posição e da fortuna. Ele é quem consente no casamento do filho, embora já em maioridade. Ele é quem lhe determina a profissão, ou lhe destina uma função na economia da fazenda. Ele é quem instala na sua vizinhança os domínios dos filhos casados, e nunca deixa de exercer sobre eles a sua absoluta ascendência patriarcal. Ele é quem os disciplina, quando menores, com um rigor que hoje parecerá bárbaro, tamanha a severidade e a rudeza.

É em virtude do ambiente rural formado pelas exigências econômicas estabelecidas na colônia, que a psicologia nacional adota os traços rurais em sua constituição. O orgulho nacional, nos primeiros dois séculos, é a vida no campo, as exigências do engenho e das estâncias. O instinto, as maneiras e hábitos urbanos são apenas sombras daquele aflorado no campo e não representam o elemento fundamental da mentalidade nacional, haja visto que este é formado pelo estilo de vida rural (VIANNA, 2005), assentado sobre um período de apogeu das grandes terras agrícolas e do patriarcalismo.

Após um período de dois séculos voltado para sua produção, o senhor rural, devido a alterações econômicas e sociais, começa a presenciar mudanças em sua forma de produção e estilo de vida, mais do que isso, seu poder passa a ser contestado. No que tange às mudanças econômicas, ocorre uma queda brusca na exportação do açúcar a partir do ano de 1800 agregado ao colapso da produção do ouro, implicando em uma contração da empresa do comércio agrícola aos recursos próprios (FAORO, 2001). Da mesma forma, a chegada da família real portuguesa em 1808 promove mudanças sociais profundas, alargando ainda mais a dicotomia entre o campo e a cidade (HOLANDA, 1995).

No ambiente que a partir do século XIX sofre suas mais profundas transformações, alguns marcos devem ser trazidos a luz em virtude de sua importância, são eles: (1808) vinda da família real portuguesa; (1822) proclamação da Independência; (1888) Abolição da escravidão e (1889) instauração da República. Dentro destes acontecimentos, Holanda (1995) considera a Abolição como o acontecimento de maior relevância, haja visto que, demonstra o reajustamento da sociedade brasileira em uma direção oposta ao anterior predomínio rural. Já para outro intérprete nacional como Florestan Fernandes, a Independência é o marco para a grande revolução brasileira, uma vez que, determinaria o fim da colônia e início da sociedade nacional (RICUPERO, 2011)

O cenário que se apresenta para o senhor do engenho, até então reinando absoluto em seus domínios, é o de isolamento, setor externo menos pujante e enclausuramento ao campo. O senhor passar a gravitar em torno na metrópole, detentora de mercadorias e crédito necessários aos seus negócios (FAORO, 2001).

Ademais, a própria substituição do café pelo açúcar como principal produção agrícola indicaria o avanço da mudança (HOLANDA, 1995). Sendo esta cultura (do café) menos autossuficiente do que a do açúcar, a mesma necessitava recorrer mais à cidade para garantir seus insumos, no mesmo sentido o próprio produtor cafeeiro apresentou características mais citadinas do que rurais, reforçando o caráter de mudança de ares que se movimentava em direção às cidades (RICUPERO, 2011).

Observando o mesmo movimento, Oliveira Vianna considera a chegada da família real como marco para o fim do isolamento do senhor rural. Nesta nova configuração social, a nobreza nativa se confronta com os mercadores portugueses, que se beneficiam com a abertura dos portos, e também com os fidalgos que chegaram com a família real. À vista disso, entre 1808 e 1822, o poder político será disputado entre estas classes e, com a opção pela independência, na opinião de Raimundo Faoro, representariam a vitória dos brasileiros (RICUPERO, 2011), ainda que estes se motivem pelo desejo da manutenção da estrutura social (FERNANDES, 2006).

Em *A revolução burguesa no Brasil* (1975), Florestan considera que, desde a independência, o Brasil apresentaria dois elementos antagônicos em disputa, o primeiro ligado ao aspecto revolucionário que guiaria a nação para uma formação nacional, enquanto o elemento conservador agiria no sentido de manter a antiga estrutura social. Por esse motivo, o conflito oriundo da dicotomia social levaria a uma sociedade pautada tanto pela dominação senhorial como pela organização liberal, orientada pelo Estado, estabelecendo assim uma dualidade elementar (RICUPERO, 2011)

Em sua análise a partir do processo de independência, o autor de *Os Donos do Poder* (1958) considera que o estamento burocrático é a instituição que domina as ações

socioeconômicas durante todo o Império, garantindo o seu poder. Os ensaios liberais e os consequentes combates com o poder central objetivavam alterar a orientação do país, algo que só viria a ocorrer em 1837 por meio da criação do “Ministério das Capacidades”. Porém, no Segundo Reinado (1840 - 1889) o domínio do rei volta absoluto através do Poder Moderador, e amarra a nação sobre o carro do Estado que, neste momento, encontrava-se sob o domínio de Dom Pedro II. O rei que se movimenta, de acordo com Faoro, como uma engrenagem do patrimonialismo (RICUPERO, 2011).

Ao redor do Estado é onde as classes dominantes se unem, uma vez que é por meio dele que seus interesses se ampliam. E função disso, o poder político se amplia, em razão de uma orientação da classe burguesa, unido a transformação capitalista à época, em direção ao eixo governamental (FERNANDES, 2006).

É em virtude daquilo que as classes dominantes têm em comum, isto é, sua condição de classe proprietária, que a unificação seria possível. Em consequência, forma-se, em torno do Estado: uma harmonização burguesa entre suas diferentes unidades; situação que cria uma unicidade conservadora que, como resultado, promoveria força para essa classe social (FERNANDES, 2006).

É somente com a crise iniciada a partir da Revolução Russa de 1917, que oferece uma alternativa de civilização ao capitalismo, que ocorre a efetivação do capitalismo monopolista e obriga a burguesia brasileira a se adequar a essas novas circunstâncias, travando uma eterna luta contra o “socialismo”. Nesse sentido, o golpe de 1964 evidencia o poder burguês, gerando uma concentração exclusiva e privada do poder que mantêm-se mesmo após o fim do regime militar (FERNANDES, 2006).

4.2 UM NOVO SENTIDO PARA A HERANÇA CULTURAL BRASILEIRA

O presente não se manifesta sem os reflexos do passado. Por esse motivo, somente uma análise que reconstrua os elementos fundamentais que pautaram a sociedade na sua gênese é capaz de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico de uma nação. Dessa forma, Jessé Souza (2019) contesta a construção da sociedade brasileira como uma mera extensão de Portugal.

Ao invés disso, traça sua investigação através da semente escravista que, na sua opinião, foi silenciada e esquecida pelos nossos intelectuais.

Sendo todo o saber humano limitado historicamente, é pertinente afirmar que todo produtor de conhecimento científico tenha seus pressupostos baseados em um arcabouço delimitado por uma linha do tempo histórica, isto é, as pessoas estão imersas em um padrão de pensamento estabelecido e, em condições normais, ninguém pensa à frente do seu tempo. Posto isto, no pensamento brasileiro, a partir da década de 30 do século XIX, construiu-se uma interpretação culturalista racista de caráter modernizante que dominou o senso comum e tornou-se a ideia dominante a respeito da sociedade brasileira (SOUZA, 2019).

O precursor da expedição científica nacional foi Gilberto Freyre, que mesmo submerso dentro do paradigma cultural racista da época, foi o mais brilhante pensador da identidade nacional, permitindo o estabelecimento de uma personalidade única no mundo, luso-brasileira, estabelecida mediante o encontro de contrários em um ambiente original, de forma brilhantemente desenvolvida por ele. Mais do que isso, “[...] foi Freyre quem sistematizou e literalmente construiu a versão dominante da identidade nacional em um país que, antes dele, não tinha produzido nada realmente eficaz nesse sentido” (SOUZA, 2019, posição 364).

Jessé Souza, ainda que entusiasta da linha de pensamento inaugurada pelo sociólogo pernambucano, possui uma conclusão diferente quanto aos resultados sociais dessa análise:

Embora Freyre tenha pavimentado o caminho para a construção de uma identidade luso-brasileira como nenhum outro, seu talento de historiador e sua genial descrição do Brasil colonial e imperial podem nos ensinar uma interpretação no caminho contrário daquelas que ele mesmo engendrou (SOUZA, 2019, posição 528).

A sociologia formulada por meio das interpretações que dominam o pensamento brasileiro criaram a concepção dominante de uma sociedade que se inter-relaciona de forma emotiva e amoral, onde o Estado é o ambiente pelo qual toda corrupção caminha. No entanto, para compreender a situação atual do Brasil é necessário reconstruir uma alternativa que desmonte o pensamento culturalista racista em um sentido crítico e novo (SOUZA, 2019).

A cultura não se transmite de forma instantânea como o código genético, ou seja, é diretamente influenciada pelas condições sociais a que são expostas. Sendo assim, “Os seres

humanos são construídos por influência de instituições” (SOUZA, 2019, posição 496) e no Brasil, desde sua descoberta, a instituição que abarca todas as outras é a escravidão. Todo o sistema social de vida em terras brasileiras têm sua base no processo de escravidão que nesta colônia, mais do que qualquer outra, tomou dimensões gigantescas, ao contrário do processo datado e localizado que ocorreu em Portugal (SOUZA, 2019).

Ainda que em sua maioria os sistemas escravistas guardem semelhanças uns aos outros, o cenário descrito por Freyre guarda elementos desenvolvidos exclusivamente no Brasil, quais sejam: “uma mistura de escravidão semi-industrial das *plantations* típicas do continente americano com a escravidão familiar e sexual moura e muçulmana.” (SOUZA, 2019, posição 554). Agindo como uma instituição total no Brasil, a maneira singular da escravidão, de origem moura, germinaria a semente que se desenvolveria no futuro: a família aumentada, que possibilitaria a ocupação do vasto território brasileiro (SOUZA, 2019).

O caráter único da forma de estabelecimento da escravidão é apontado pelo próprio Gilberto Freyre:

Daí a forma de escravidão que os portugueses adotaram no Oriente e no Brasil ter se desenvolvido mais à maneira árabe que à maneira europeia; e haver incluído, a seu modo a própria poligamia a fim de aumentar-se, por esse meio maometano, a população. (1969, p. 180, *apud* SOUZA, 2019, posição 587).

Em consequência do pouco contato com o Estado português e suas instituições, a família patriarcal é a célula cuja a formação brasileira se alicerça. E dentro da família, o elemento interpretativo provém de um conceito psicanalítico: o de sadomasoquismo. É somente dentro de um conceito limite de sociedade, no qual inexistem instituições intermediárias, que o conceito familístico ganha vigor e torna possível sua interpretação mediante categorias social-patológicas (SOUZA, 2019).

Nesse sentido, a semente essencial da constituição brasileira pauta-se em uma estrutura sadomasoquista, na direção de um distúrbio social específico “[...] em que a dor alheia, o não reconhecimento da alteridade e a perversão do prazer transformam-se em objetivo máximo das relações interpessoais” (SOUZA, 2019, posição 654).

Gilberto Freyre, ao observar as relações sociais, enfatiza o elemento personalista, isto é,

concebe o patrimonialismo como decorrente do poder ilimitado do senhor de terras e escravos, submerso dentro uma sociedade marcada pela subordinação sistemática. Uma vez que existe um hiperindivíduo nesta sociedade, as possibilidades de seus poderes são ilimitados e dependem exclusivamente de suas inclinações emocionais (SOUZA, 2019).

O que se estabelece posteriormente a instituição do domínio senhorial é o seu desenvolvimento em familismo. Seu sistema baseia-se em uma relação de troca que se estende do pai e seus dependentes para abranger famílias diferentes, criando uma rede complexa de favores e desafetos (SOUZA, 2019).

O patriarca ocupa o topo da hierarquia social e – segundo Freyre por influência maometana – seus filhos, sejam legítimos ou não, com escravos ou indígenas, detinham a possibilidade de gozarem de sua identificação e serem incluídos ao seio da família. Logo, as regras e costumes vão se consolidando e o peso do elemento tradicional ganha força, por isso, dado seu isolamento e configuração autogestora, cada casa-grande e senzala, sem limitações externas, engendra as relações sociais na qual o patriarca desempenha o papel preponderante (SOUZA,2019).

O patriarcalismo familiar agrário e escravocrata se agrega ao conceito de instituição total, no sentido que as dimensões da vida social se chocam com uma orientação complementar e interdependente. E o elemento sadomasoquista, inerente às emoções do patriarca, no limite, decidiam a respeito do núcleo familiar e em que medida seu favor e proteção seriam distribuídos (SOUZA, 2019).

As reflexões e apontamentos desta singularidade nacional, processadas por Gilberto Freyre, demonstram como os hábitos e costumes se estabeleceram e produziram instituições reais, sendo responsáveis pela herança modificada que a sociedade brasileira recebeu (SOUZA, 2019).

Em *Sobrados e mucambos*, obra originalmente publicada em 1936, o início do Brasil moderno é reconstruído por Gilberto Freyre, que intenciona em seu trabalho assentar os reflexos

do mandonismo escravocrata com a chegada, ainda que embrionária, das duas instituições que pautam as sociedades modernas: o capitalismo competitivo e o Estado burocrático (SOUZA, 2019).

Ainda que o capitalismo comercial, assim como o Estado centralizado, cheguem de forma tímida aos trópicos, seu estabelecimento cria uma lógica social nova que apresenta relação direta com o Brasil moderno. Com a passagem do patriarcalismo rural para o cidadão, a questão do familismo se complexifica demasiadamente e a decadência do mundo rural se conecta de forma inversamente proporcional a ascensão da cultura urbana (SOUZA, 2019).

Essa mudança de cultura, que consolida um quadro de renovação, produz uma nova dinâmica na sociedade, conforme ressalta Jessé Souza:

Exemplo típico e sintomático da passagem do poder do campo para as cidades é o caso das dívidas dos patriarcas rurais, antes incobráveis, a partir de então sendo pagas sob força policial. Tão importante quanto a mudança do centro economicamente dinâmico do Nordeste para o Sudeste foi a transformação social de largas proporções, implicando novos hábitos, novos papéis sociais, novas profissões e, ao fim e ao cabo, a construção de uma nova hierarquia social (SOUZA, 2019, posição 789).

Em virtude da urbanização, a estrutura social passa a ser definida pela divergência entre os valores europeus burgueses e os antieuropeus do interior, evidenciando uma contradição que atinge a sociedade brasileira hodiernamente. Pela primeira vez, o familismo do patriarcalismo do campo se confronta com valores universalizantes, acompanhado da instituição de um controle estatal aos moldes de um Estado transplantado, que se inicia com a vinda da família real (SOUZA, 2019).

Os valores universais e as ideias burguesas são predominantes no Brasil do século XIX. O estabelecimento de novos costumes como: novas formas de vestir, de falar, de comportamento público, entre outros, são apontados por pensadores do Brasil, tal qual Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda, como sendo algo superficial, oriundo de uma necessidade de civilizar-se aos olhos alheios. Essa leitura do período defende que a modernização nacional foi inautêntica e pouco profunda (SOUZA, 2019).

Entretanto, Jessé Souza (2019) defende que é fundamental apontar que também existiam componentes de assimilação concreta e aprendizado cultural. Além do que, a implantação, neste

período, de instituições fundamentais como um Estado e um mercado embrionário, possibilitaram o desenvolvimento, com autonomia, dos valores universalistas e individualista. Mesmo que os novos padrões de comportamento não tenham se generalizado para a base social, sua entrada necessita ser compreendida através de toda sua dimensão (SOUZA, 2019).

A partir do novo cenário urbano, o patriarca e todo o sistema financeiro campesino , perdem seu poder. O novo sistema exige da antiga elite que os mesmos curvem-se a um novo conjunto de regras próprias e cabível a todos. Assim, o sistema social passa a ser dirigido mediante um código valorativo impessoal e abstrato, cujo o elemento dominante torna-se os valores europeus e não mais os mandos dos senhores rurais (SOUZA, 2019).

No princípio, as instituições que germinaram no campo foram transportadas para as cidades, sendo assim, os sobrados – casa do senhor rural no meio urbano – seriam um tipo de extensão material de sua personalidade, assim como o mucambo seria a extensão da senzala. O que era até então uma unidade orgânica - com a passagem para as cidades – fragmenta-se e divide-se em diversas pequenas unidades que opõem-se umas às outras e vivem em conflito (SOUZA, 2019).

Esse movimento do campo para a cidade representou, também, uma deterioração nas condições de vida dos negros livres e dos mestiços carentes das cidades. As condições materiais disponíveis tiveram excessiva piora, até mesmo para os senhores rurais, que nessa nova situação esconde-se do perigo das ruas dentro de seu ambiente doméstico escuro e anti-higiênico (SOUZA, 2019).

A urbanização, de forma lenta porém significativa, representou igualmente uma mudança na forma de execução do poder patriarcal. Esse deixa de ser familiar e passa a assumir contornos impessoais, no qual o poder estatal é o mais preponderante e, assim, a figura do imperador aparece como o pai da nação, em especial daqueles que se fixam no topo da pirâmide social. Conforme Jessé Souza (2019, posição 840) “O Estado, ao mesmo tempo mina o poder pessoal pelo alto, penetrando na própria casa do senhor, roubando-lhe os filhos e transformando-os em

seus rivais”. As novas exigências estatais carecem de mão-de-obra qualificada, vitais para as novas funções do Estado, que só poderiam ser encontradas pelo conhecimento da população jovem que alcançara tal conhecimento, mais do que isso, que obtinham um conhecimento europeu, conferindo-lhes mais prestígio (SOUZA, 2019).

Os princípios que penetram na sociedade brasileira são caracterizados por Gilberto Freyre através do conceito de europeização do Brasil. Os novos valores burgueses e individualistas tornar-se-ão o cerne da ideia de modernidade na qualidade de princípio ideologicamente hegemônico da coletividade nacional a partir de então. Todo o padrão de vida altera-se na direção dos interesses comerciais e industriais, agindo em conformidade com o imperialismo inglês (SOUZA, 2019)

No campo das mudanças culturais e políticas a mais impactante e com efeito democratizante por natureza foi: o conhecimento e sua consequente valorização do talento individual. Na esfera do mercado, a inserção de máquinas “[...] que, como de resto sabia Karl Marx, não é mais do que conhecimento materializado.” (SOUZA, 2019, posição 874) desvaloriza o trabalho desqualificado do escravo que, conseqüentemente, dissolve as raízes da sociedade patriarcal (SOUZA, 2019).

A desvalorização dos elementos fundamentais da sociedade escravocrata possibilita o engrandecimento daquele elemento médio, que compunha um estrato até então de pouca relevância na antiga sociedade, gerido dentro do ambiente da casa-grande e senzala através da relação de intimidade cultural e primordialmente sexual da cultura portuguesa e africana. A família ampliada e a poligamia dão vida a uma camada da sociedade que ganha relevância dentro de um período em que o campo se desloca para a cidade e passa a oferecer oportunidades até então imprevisas para esse recorte da população (SOUZA, 2019).

Esses indivíduos, com capacidade e vigor para aprender, passaram a formar o cidadão médio. Alguns, tal qual Machado de Assis, foram além e passaram a se introduzir no capital cultural ainda mais valorizado, não somente no trabalho braçal de funções repetitivas, mas do

elevado capital literário (SOUZA, 2019).

Ademais, o conhecimento progressivamente torna-se o elemento dinâmico na definição da nova hierarquia social, servindo de base para a introdução de um efetivo elemento democratizante que redefine a lógica da condição inicial para as oportunidades de mobilidade social na nova configuração. Nesse sentido, o mulato habilidoso é o suporte de um processo democratizante em curso (SOUZA, 2019).

Consequentemente, o processo em curso semeado no núcleo do ambiente familiar, mediante condições socioculturais únicas, expande sua consequência da forma:

Podemos perceber aqui a semente da formação de uma classe decisiva para a construção do Brasil moderno: a classe média, cujo privilégio irá se concentrar na reprodução social do capital cultural valorizado. A formação incipiente dessa classe no século XIX já aponta para um mecanismo de distinção social que só iria se tornar mais importante com o tempo: a distinção em relação aos de baixo. Desse modo, o processo de incorporação do mestiço à nova sociedade foi paralelo ao processo de proletarização e demonização do negro. Tanto o escravo quanto o pária dos mocambos nas cidades eram o elemento em relação ao qual todos queriam se distinguir (SOUZA, 2019, posição 917).

O elemento do traje – já apontado por Veblen como um elemento de caráter honorífico que constrange, segrega ou conduz o comportamento dos indivíduos – ganhar importância nessa época. Assim como a sociedade americana analisada em ATCO, o brasileiro também utiliza-se da vestimenta como forma de diferenciação social. O mulato ou mestiço em geral era o elemento capaz de ascender socialmente e a distinção do traje, assim como a violência humilhante que os mesmo sofriam ao usar casaca ou luva, elementos que demonstravam a posição segura das pessoas brancas, demonstram o nível de competição e contradição entre os elementos característicos do sistema (SOUZA, 2019).

É no mais puro significado do termo revolução que as mudanças expostas por Freyre em *Sobrados e Mocambos* são gravadas nos corações e mentes das pessoas. As mudanças institucionais garantiram, por meio do sistema de prêmios e punições, a propagação e o estabelecimento de todos os novos valores (SOUZA, 2019).

É dentro desse novo panorama que se explica a nova posição do mestiço que: em virtude da abertura do mercado, da necessidade de ocupação de funções manuais - desprezadas pelos brancos - e também pela necessidade de desenvolver um aparelho estatal incipiente que é

oportunizado ao elemento médio a ascensão social. Nesse contexto, a própria noção de “cordialidade” evidenciada por Freyre, própria do mulato em ascensão, atua para compensar o racismo da cor da pele, uma situação que demonstra que empecilho social não era absoluto, uma vez que superável através do talento individual e não impedido por categorias raciais (SOUZA, 2019).

Isto posto, convém observar que o que era útil para o sistema em sua totalidade era passível de valorização. Conseqüentemente, “[...] realização diferencial de certos fins e valores considerados de utilidade social inquestionável era mais importante, por exemplo, do que a cor da pele do indivíduo em questão.” (SOUZA, 2019, posição 970).

É somente a partir do fim do século XIX, com a chegada de centena de milhares de europeus ao Brasil, que o padrão de ascensão social é rompido. É unicamente dentro dessa perspectiva que é possível observar a relação entre classe social e raça em terras brasis. Impelida no esforço modernizante a necessidade de se “embranquecer” se estabelece através da seguinte análise:

Branco era (e continua sendo) antes um indicador de existência de uma série de atributos morais e culturais do que a cor de uma pele. Embranquecer significava, numa sociedade que se europeizava, compartilhar os valores dominantes dessa cultura, ser um suporte dela (SOUZA, 2019, posição 978).

No processo de tornar-se europeizado, o Brasil do século XIX expõe os valores que fundamentarão a identidade de grupos e classes sociais, ao mesmo tempo que segmentará aqueles grupos não participantes dessa lógica modernizante. A distinção entre os segmentos superiores – europeizados e dignos de privilégios – e os elementos inferiores – de influência africana e indígenas, relegadas à marginalidade e humilhação – será a base da hierarquia das cidades que se fortalecem. Essa influência legitimará a dominação social de uma parcela populacional sobre outra. As transformações, ainda que lentas e graduais, devem suas raízes ao movimento que se inicia com a chegada da família real e abertura dos portos em 1808 e se aprofunda com a libertação da população escrava, mediante o esforço burguês e capitalista direcionado à antiga colonial portuguesa (SOUZA, 2019).

4.3 A CONSTITUIÇÃO DA ESTRUTURA SOCIAL PERIFÉRICA

O Processo de substituição de Importação (PSI), que no Brasil teve seu momento mais expressivo a partir de 1930, se categoriza como um conjunto de países que, por incorporar condições particulares, utilizaram-se de um modelo específico de industrialização, voltado ao mercado interno e com vistas a superar a crise do sistema vigente. O colapso do sistema agroexportador, atingindo em cheio a balança de pagamentos, é o ponto de partida da situação de estagnação econômica e propulsor das mudanças ocorridas na dinâmica das economias periféricas (FONSECA, 2003).

Cabe, no entanto, salientar que a simplificação do processo no qual entende-se a substituição de importação apenas através do conceito de produzir internamente o que antes era importado, não corresponde a real complexidade do ocorrido. Desta maneira, o PSI deve ser entendido através da liderança industrial no crescimento econômico, isto é, sendo o setor responsável pelo centro dinâmico da economia e, mais do que isso, que seja o núcleo determinante dos níveis de emprego e renda (FONSECA, 2003).

Analisando a substituição de importação como um *processo* torna-se necessário que a atenção seja voltada para um momento histórico bem determinado, ocorrido em espaço geográfico e período temporal específico – como é o caso do Brasil nas primeiras décadas do século XX – exposto a crises, motivações políticas e sociais, decisões humanas, estatais e a *mercê* de todos os regimentos adequados a uma nação em fase de mudanças econômicas (FONSECA, 2003).

Entretanto, quando analisa-se a escolha da industrialização orientada pelo mercado interno e objetiva-se extrair um *modelo* capaz de entender a lógica e a dinâmica do desenvolvimento de suas características básicas, tal modelo torna-se capaz de abranger diferentes situações históricas e sociais, agregando uma riqueza de ferramentas conceituais para a análise econômica (FONSECA, 2003).

Por esse motivo, o trabalho realizado pelos economistas da CEPAL propondo um modelo que tem como cerne servir de base para o entendimento do PSI nos países latino-americanos, ou mesmo naqueles países que se industrializaram pela via da substituição de importação, é o início fundamental e imprescindível para o debate sobre o tema (FONSECA, 2003). Ademais, os economistas cepalinos foram pioneiros no que toca identificar os elementos que travavam o crescimento econômico, ao mesmo tempo que contribuíam para impulsionar uma desigualdade de

renda em contraposição ao centro, em uma dualidade classificada por centro-periferia (CONCEIÇÃO; VILAÇA JUNIOR, 2014).

Com o intuito de traçar a gênese histórica do atraso latino-americano, a CEPAL analisou o desenrolar do processo de introdução das nações latino-americanas a partir do Século XIX. Por meio dos trabalhos publicados pelos economistas cepalinos nas décadas de 1950 e 1960, com destaque para Raúl Prebisch, Celso Furtado e Maria Conceição Tavares, os autores verificaram que o enfoque dado por essas economias na produção de produtos primários voltados para a exportação teria gerados uma situação de desfavorecimento, em virtude tanto da tendência de aumento dos preços industriais quanto da desvalorização dos produtos primário, dado a estrutura social heterogênea das nações periféricas (FONSECA, 2003).

A análise dos referidos autores baseia-se no contraste entre a forma com o que crescimento, o desenvolvimento técnico e o comércio internacional ocorrem internamente às estruturas socioeconômicas dos países “periféricos” e “cêntricos”. A discrepância no que se refere ao comércio internacional influem diretamente na relação de interdependência, induzindo a uma situação de crescimento divergente ao longo do tempo (BILSHOWSKY, 2000).

De forma sintética, os fundamentos do estruturalismo elaborado pelos teóricos cepalinos assentam-se sobre três conceitos elementares. O primeiro refere-se a evidente distinção entre as economias periféricas e centrais. Ao passo que o centro diferencia-se pela estrutura produtiva diversificada e alto grau de homogeneidades social, a periferia expõe uma estrutura especializada no âmbito econômico e heterogênea no social (AGUILAR FILHO; SILVA FILHO, 2010). A abordagem de Bielschowsky (2000) - no que concerne a posição dos países periféricos e sua especialização produtiva – argumenta que a estrutura social herdada para avançar sobre o processo de industrialização era problemática. A base econômica era especializada em atividades de exportação, de baixa diversidade e pouca complementaridade intersetorial, mais do que isso, havia restrição de divisas devido tanto a escassez de exportação e financiamento externo, quanto a uma insuficiente poupança interna, uma vez que, o setor público era comprometido pela sua estrutura fiscal obsoleta e o privado, mais especificamente as classes ricas, se esbaldavam em hábitos de consumo de bens suntuosos.

O segundo elemento de análise decorre da ligação de dependência administrada pela divisão internacional do trabalho. A dependência, neste caso, é entendida como uma relação desigual entre duas pontas de um mesmo arranjo. Embora participantes da mesma estrutura, o

lado mais adiantado no avanço tecnológico impõe restrições aos mais atrasado (AGUILAR FILHO; SILVA FILHO, 2010). Uma vez que o progresso técnico decorre de tecnologia de origem externa e a estrutura interna periférica não estimula a produtividade, a consequência imediata é a incapacidade dos países periféricos em criar inovações. Dessa forma, a dependência tecnológica é inerente ao sistema, conferindo aos pioneiros no processo inventivo a possibilidade de estabelecer preços e aumentar os custos de aquisição para aqueles que necessitam melhorar sua posição na divisão internacional do trabalho (CONCEIÇÃO; VILAÇA JUNIOR, 2014).

Por fim, o terceiro ponto de investigação está relacionado com a questão do subdesenvolvimento como reforçado pela disparidade de estruturas produtivas dos países e suas relações de comércio. Ou seja, o livre comércio intensifica o desequilíbrio entre as nações ao permitir que o centro apodere-se dos frutos dos progressos técnicos logrados na periferia (AGUILAR FILHO; SILVA FILHO, 2010), haja visto que a natureza dos bens transacionados acentuam a dificuldade dos países periféricos em obter divisas no comércio internacional (CONCEIÇÃO; VILAÇA JUNIOR, 2014).

A deterioração dos termos de troca, todavia, não deve ser compreendida como uma lei intransponível, e sim como um movimento que perturba o desempenho das exportações. No mesmo sentido, determinada conjuntura do mercado internacional (significativa melhora dos preços dos exportadores agrícolas, por exemplo) podem gerar capacidades de melhora dessa situação adversa (CONCEIÇÃO; VILAÇA JUNIOR, 2014).

Dessa maneira, a busca por divisas para evoluir com o modelo de substituição de importações será sujeita a constrangimentos externos constantes, obrigando que medidas para superar o desafio sejam implementadas pelos agentes decisórios (FONSECA, 2003). Na concepção de Prebisch (*apud* FONSECA, 2003): somente um processo de substituição contínuo é capaz de viabilizar a inconsistência do presente módulo de intercâmbio e o escalonamento para produção de bens de maior complexidade produtiva é fator indispensável do processo.

De forma geral, a grande virtude dos argumentos levados a luz pela CEPAL relaciona-se com o seu enfoque metodológico. Sistematizar a evolução dos acontecimento latino-americanos através do método cepalino significa trazer a análise para o período histórico real e institucional que a mesma se desenrola, assim como ao arcabouço ideológico em que é produzida. Ademais, as interpretações necessitam de constante adaptação aos novos conceitos histórico. Outrossim, é possível afirmar que a perspectiva histórico-estruturalista dos teóricos da CEPAL transcorre por

um método de produção científica no qual o comportamento dos agentes sociais e a trajetória das instituições na evolução referente a cada país são profundamente importantes e inerentes a sua forma de pensar o processo econômico (BIELSHOWSKY, 200).

O estruturalismo cepalino dedicou-se em enfatizar critérios não-econômicos dos modelos macroeconômicos, salientando, dessa forma, os efeitos oriundos das instituições sobre as economias periféricas. Com tal característica, Love (*apud* AGUILAR FILHO; SILVA FILHO, 2010, p. 225) coloca a questão nos seguintes termos:

Latin American structuralists sought to move economic history beyond a description of economic configurations, flows, and flux to a more analytic treatment of critical structures - both dynamic and relatively static elements in the economic ensemble - that underlay long-term performance as well as cyclical patterns. That is, they sought to specify those structures that had contributed to economic development and those which had impeded it.

Uma vez que o comportamento dos padrões de desenvolvimento econômico possuem relação direta com características não-econômicas, Bielschowsky (2000) aponta que o enfoque cepalino é, em essência, “orientado pela busca de relações diacrônicas, históricas e comparativas” (p. 21). Para mais, esse enfoque guarda uma proveitosa correspondência com as interpretações Institucionalistas, em virtude da importância concedida a situação dos mercados e agentes em condições históricas próprias, além das continuidades das inconsistências de mercado que essas circunstâncias determinam e tornam rígidas (BIELSHOWSHY, 2000). O subdesenvolvimento é, assim, somente compreensível enquanto derivado da evolução institucional dentro de um arcabouço histórico específico (AGUILAR FILHO; SILVA FILHO, 2010). Ou, nos termo de Celso Furtado (1983, p. 142):

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. Para captar a natureza das atuais economias subdesenvolvidas, necessário se torna levar em conta essa peculiaridade.

Ao contrário de algumas interpretações, o modelo no qual a América Latina se estabeleceu no comércio internacional não é, por definição, a *causa* do atraso desses países, e sim um instrumento de *manutenção* do subdesenvolvimento. A solução apontada aos problemas da região implicam, inevitavelmente, em “uma urgente e profunda transformação das instituições desses países” (AGUILAR FILHO; SILVA FILHO, 2010, p. 226).

4.4 A INTERAÇÃO ENTRE INDÍVIDUOS E INSTITUIÇÕES NA FORMAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 1930

Apesar de existirem uma série controvérsias quando a momento de origem do efetivo estabelecimento da indústria no Brasil como setor dirigente da economia, foi na terceira década do século XX que o crescimento industrial toma forma e se modifica substancialmente, tornando-se o setor responsável por comandar a taxa de crescimento e emprego nacional. Situação que estabelece, assim, o início das ações que viriam a ser denominado posteriormente como: Processo de Substituição de Importação (PSI) (FONSECA 2003).

Na visão de Celso Furtado, a alternativa industrializante brasileira surge mediante a necessidade de superação do modelo de crescimento extensivo a base de exportação de produtos primários. Para o autor, o processo nada mais era do que resultado de “uma luta em busca de um novo caminho” (FURTADO *apud* SZMRECSÁNYI, 2002, p. 9). Assim, após a crise de 1929, deu-se o afloramento do mercado industrial interno como centro dinâmico essencial da economia brasileira (SZMRECSÁNYI, 2002).

O início da industrialização do Brasil, à vista disso, origina-se da existência de um mercado interno (criado no interior da economia cafeeira) e da proteção automática (mediante de ajustes cambiais) da renda dos exportadores – em períodos de contração de renda. Quanto a segunda característica, Furtado observa o seguinte:

Esse mecanismo de defesa da renda dos exportadores resultou ser também favorável aos grupos manufatureiros incipientes. Nas etapas de redução da renda dos consumidores [...] aumentava o poder competitivo das manufaturas de produção interna (FURTADO *apud* SMRECSÁNYI, 2002, p.9).

Durante década de 1930, em razão tanto da depressão externa quanto da necessária proteção do setor exportador, o incipiente setor industrial ganha significativa projeção. Nesse período, a produção industrial cresceu vigorosamente, utilizando-se da capacidade de produção instalada, da importação de maquinários de segunda mão e outros expedientes (SMRECSÁNYI, 2002).

O crescimento industrial, objetivo principal do modelo de substituição, apresentava um limite de acordo com cada estrutura, em razão de sua própria lógica de reprodução. Ao dar ênfase na produção manufatureira interna sem inverter os ganhos de produtividade para a sociedade, tornava-se recorrente o estrangulamento externo e, com isso, inviabilizava a obtenção de divisas necessárias para o crescimento industrial acelerado (FONSECA, 2003).

Dessa forma, os autores cepalinos analisam quatro características oriundas do avanço do PSI como fatores de estancamento do projeto intencionado. A primeira delas se relaciona com a demanda. Enquanto na primeira fase do PSI o crescimento da economia vinha acompanhado do crescimento do mercado consumidor, o mesmo não acontece na segunda fase do referido processo. Na segunda etapa, com uma maior imposição de capital e tecnologia importada “orientada no sentido de poupar mão-de-obra” (FURTADO *apud* SZMRECSÁNYI, 2002, p. 10), o emprego não crescia em uma velocidade que garantia um mercado consumidor suficiente, conforme descreve Fonseca (2003, p. 23):

[...] cresciam as relações capital/produto (K/Y) e capital/trabalho (K/L), implicando um descompasso entre a baixa absorção de mão-de-obra e as necessidades de formulação de um mercado consumidor capaz de absorver a produção doméstica.

A segunda característica era a necessidade de financiamento e de poupança capazes de equipar as indústrias com tecnologias mais modernas. A importação desse tipo de bens gerava constante pressão sobre o balanço de pagamentos, reforçando o estrangulamento externo. A falta de divisas necessárias se apresenta em razão da perda de poder de compra dos produtos primários quando, no mercado internacional, se colocam em uma relação de troca com produtos manufaturados. Essa conjuntura, segundo Furtado: “Relaciona-se com a estrutura mesma do sistema de divisão internacional do trabalho, o qual tende a concentrar a capacidade de poupança nos centros de maior potencial econômico” (1950, p. 7).

A terceira característica conecta-se a constante necessidade do modelo em exigir cada vez mais e melhor capital e mão-de-obra, respectivamente, para sua reprodução. Entretanto, a conjuntura das economias subdesenvolvidas apresentavam justamente o oposto: pouco capital e uma massa de mão-de-obra de grandes proporções, porém de baixa qualificação (FONSECA, 2003).

Por fim, a quarta característica diz respeito a baixa produtividade do setor agrícola e exportador em contraste com o aumento progressivo de produtividade verificado na indústria. Nesse sentido, aprofunda-se o êxodo rural, uma vez que os salários na cidade são mais atraentes, e contribui para aprofundar o desemprego, causando um efeito prejudicial ao mercado industrial (FONSECA, 2003).

Sem perder o caráter de universalidade, Furtado (1950) acrescenta duas características particulares ao desenvolvimento do PSI no Brasil, quais sejam: a tendência para concentração de

renda; e a ineficaz formação do mercado interno.

Em razão da expansão brasileira ser realizada de fora para dentro – enquanto exportadora de produtos primários –, uma elevação dos preços no mercado internacional, culminava, necessariamente, no aumento do ingresso de divisas em direção aos grupos exportadores. É razoável considerar que o ingresso de divisas viria a gerar um efeito multiplicador positivo sobre a economia nacional, todavia, o mesmo não aconteceu (FURTADO, 1950).

Destacando que uma melhora nos preços dos produtos exportados se traduzem em maiores lucros, e estes, poderiam dar origem tanto a um aumento da importação de produtos suntuários, como o aumento da capacidade produtiva, Furtado considera que a segunda, e mais necessária alternativa, não ocorreu devido aos baixos níveis de crescimento do mercado interno de bens-salários (SMRECSÁNYI, 2002). Essas características, ao afirmarem um padrão de renda concentrado, tanto no que se refere a renda quanto a produção, torna o desenvolvimento econômico diretamente relacionado com a capacidade da estrutura produtiva em diversificar a produção de bens de consumo em prol de uma minoria (CONCEIÇÃO; VILAÇA JUNIOR, 2014).

Ao canalizar o efeito da melhora das exportações para o exterior, no qual “as classes de elevadas rendas se abastecem quase exclusivamente dos artigos de procura elástica” (FURTADO, 1950, p. 11), os serviços domésticos – como alimentos e serviços domésticos – de procura inelástica, que são adquiridos no interior do país, não recebem o fomento oriundo das melhores inversões das exportações. Em sentido oposto, os bens de luxo adquiridos no exterior tem sua procura aumentada (FURTADO, 1950).

Com tal característica, a análise de Furtado quanto a um comportamento peculiar da Classe Ociosa brasileira se conjuga com uma hábito comportamental levantado por Veblen, no qual: a diferenciação que essa classe pretende estabelecer baseia-se na acumulação de riqueza capaz de promover posições de destaque, ou melhor, “induz uma estratificação social baseada em *status*” (CONCEIÇÃO; VILAÇA JUNIOR, 2014, p.14). Dessa forma, é nítido a relação que se estabelece entre o consumo e o objetivo de ostentar a reputação social. Conforme análise dos escritos de Veblen, Guimarães e Silva (2002) apontam o seguinte:

O consumo exagerado de bens, especialmente os de maior excelência, que excedam o mínimo necessário à subsistência, pertence invariavelmente à classe ociosa, sendo essa prerrogativa fator de indução ao desejo das demais classes. O consumo conspícuo torna-se norma de ostentação e destaque dentro da sociedade brasileira (p. 71).

O consumo, que tem como traço a ilimitada aquisição de bens, primordialmente os mais suntuosos, serve de norma de respeitabilidade entre os indivíduos. No Brasil o mesmo é representado pelo hábito consumista que, em uma fase de maior necessidade de poupança doméstica para efetivação do projeto industrial torna-se o enclave principal e, para além disso, conforme observa Guimarães e Silva (2002, p. 64): “desse hábito advém grandes problemas socioeconômicos até hoje não solucionados”.

O próprio desenvolvimento industrial, que aumenta o conjunto de possibilidades de obtenção dos bens básicos, é fator determinante para aumentar o consumo. Na visão vebleniana, uma vez que adquirido os bens necessários para subsistência, o indivíduo concentra seus esforços em direção ao gasto conspícuo, ou seja, o dispêndio destinado a ostentação (VEBLEN, 1893).

Nesse sentido, Furtado realça o consumo conspícuo como elemento de destaque na economia brasileira. Em sua análise, este, ao ser obtido através da importação de bens, se configura em um escoamento de renda, reduzindo as divisas disponíveis para o processo de acúmulo de capital. Com isso, é verificável a enorme importância do consumo conspícuo no tocante ao desenvolvimento periférico (CONCEIÇÃO; VILAÇA JUNIOR, 2014)

A diferença verificada no padrão de desenvolvimento das economias centrais com o que ocorreu no Brasil é classificada conforme segue:

Contrariamente às economias que cresceram pelo aumento da produtividade, expandindo-se a produção *pari passu* com o mercado interno, no Brasil o crescimento da economia nacional se fez em benefício de grupos restritos, sem que o mercado interno atuasse como centro da economia do país (FURTADO, 1950, p. 12).

O crescimento da indústria brasileira, desde o início, não se prevaleceu do crescimento através dos aumentos de produtividade, uma vez que, tal crescimento não se conjugaria com as taxas de sobre lucro estimuladas no período. Era somente com um aumento de salários reais ou redução nos preços que o referido ganho poderia ser adquirido. Com o aumento do lucro como consequência fundamental, o que se verificou foi: a elevação da importação de produtos suntuários por parte das classes dominantes e consequente pressão sobre o balanço de pagamento; além da possibilidade de reinversão como elementar forma de capitalizar o país (FURTADO, 1950).

Assim - diz ele - a classe industrial que se forma no Brasil atua num quadro estrutural próprio, que deve ser levado em conta se se pretende compreender o seu comportamento (FURTADO *apud* SMRECSÁNYI, 2002, p. 13)

A primeira etapa de substituição de importação tem, no Brasil, sua conclusão em meados de 1950. Entretanto, as indústrias já instaladas no país ainda dependiam das máquinas e equipamentos importados para avançar no processo modernizante e aumento da capacidade produtiva, que só seriam efetivados mediante uma quantidade suficiente de divisas obtidas no mercado exportador. Com isso, a estrutura estabelecida mantinha a posição delicada dessas economias quanto à dependência de variações externas (MATTEI; JÚNIOR, 2010).

No referido período, a evolução do processo industrializantes, após significativo avanço na etapa primária, tenderá a assumir “a forma de fabricação local dos artigos que antes eram importados para o consumo dos grupos dirigentes e proprietários” (FURTADO, 1983, p. 182). Dessa maneira, a dicotomia que o plano cultural estabelece, mediante a importação dos padrões de consumo internacionais, tenderão a serem replicadas no plano estrutural da economia devido à tendência do sistema produtivo em adaptar-se à necessidade da demanda (FURTADO, 1983).

Em virtude da necessidade de aprofundamento do PSI e a crise política que encontrou seu ápice com o suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954, o PSI, através do Plano de Metas elaborado por Juscelino Kubitschek, seguiu o caminho apontado por Fonseca (2003):

[...] partir para a substituição de importações dos bens duráveis de consumo, atendendo o mercado doméstica que, afinal, continuava com renda concentrada: entre outros motivos, porque nas etapas iniciais do PSI a demanda era assegurada mesmo sem repor os aumentos de produtividade nos salários, já que o crescimento econômico acelerado ampliava o mercado de bens de consumo popular com a adição de novos trabalhadores/consumidores, prescindindo de crescimento dos salários reais (p. 47).

Com a piora nas condições externas ocorridas a partir de 1954 objetivou-se, mediante projetos desenvolvimentistas, uma industrialização veloz e de forma integrada, no qual o foco principal seria produzir internamente bens de capital e os de consumo duráveis. Com essa perspectiva, foi estabelecido um projeto desenvolvimentista no Brasil chamado de Plano de Metas, com vigência de 1956 até 1961 (MATTEI; JÚNIOR, 2010).

Com vistas a alcançar o objetivo intencionado, “fazia-se necessário um grande volume de capital a fim de importar técnicas e equipamentos com tecnologia de ponta” (GUIMARÃES; SILVA, 2002, p. 72), levando as autoridades políticas a recorrer ao capital externo, uma vez que, internamente o nível de poupança era insuficiente para promover o projeto. Essa característica em particular expõe o hábito consumista da sociedade brasileira, mais do que isso, este se fazendo primordialmente por bens de luxo por parte das classes altas. Ao passo que as demais classes sociais, diante do mesmo quadro institucional, se encontravam em situação econômica bastante

vulnerável (GUIMARÃES; SILVA, 2002).

Recuperando o conceito de emulação pecuniária descrito por Veblen (1983) o problema da poupança tendia a se agravar com as melhoras de receita dos participantes da classe dominante. Sendo a emulação pecuniária uma luta pelo sucesso, obtida através do aumento do consumo de bens, há uma tendência que empurra o indivíduo em direção ao consumo cada vez maior de bens com vistas a atingir um padrão pecuniário também cada vez maior (VEBLEN, 1983). Ou seja, ao estabelecer o padrão de vida atual – no caso brasileiro mediante a importação de bens de luxo (FURTADO, 1950) – a tendência, para o indivíduo se diferenciar cada vez mais dos membros de sua classe é a constante busca por bens de luxo (VEBLEN, 1983).

Assim, Guimarães e Silva (2002) considera que as reformas no período que se verificaram no âmbito econômico e social ocorrem através de “indução externa a padrões de consumo suntuosos praticados pelas classes sociais mais ricas” (p. 71) que, juntamente com a queda da receita do setor exportador, culminaram em um déficit constante no balanço de pagamentos.

Concomitantemente ao aprimoramento da técnica industrial que se estabelece ao longo do Plano de Metas, “advém a importação de hábitos de consumo e atitudes sociais e aspirações de bem-estar próprios dos países de alto estágio de acumulação” (GUIMARÃES; SILVA, 2002, p. 72) que somente poderia ser satisfeitos, para um espectro populacional amplo, com um crescimento econômico acompanhado de equidade social (GUIMARÃES; SILVA, 2002).

Contudo, a presença intensa de capital estrangeiro no projeto desenvolvimentista nacional representou um afluxo de lucratividade em direção a classe burguesa que, por conseguinte, influenciou na elevação e diversificação da demanda por consumo de bens de alto valor, implicando na admissão de novos padrões de comportamento (FURTADO, 1983). O Brasil, no rompante de introduzir-se na dinâmica industrial que se alastrava mundialmente, reproduz a lógica imperialista de acumulação capitalista, excluindo uma grande parcela da população da divisão dos lucros (GUIMARÃES; SILVA, 2002).

Segundo Furtado (1983), a peculiaridade estrutural do avanço periférico no processo industrial, no qual, a organização produtiva obedece a uma norma imposta pela demanda possuidora de enorme capital, sem uma correspondência real com a disponibilidade de recursos produtivos efetivos, engendra uma dificuldade em se reverter recursos que, no tocante a investimentos do aparelho produtivo, objetivem “satisfazer às necessidades da massa da população” (FURTADO, 1983, p. 184). Ademais, é viável considerar que uma replicação do

modelo industrial voltado para minorias de alto poder aquisitivo “corresponda uma lenta difusão de técnicas modernas nos demais segmentos do setor produtivo” (FURTADO, 1983, p. 184).

Instalado o parque industrial em uma economia subdesenvolvida, a essência dinâmica torna-se a difusão de novas formas de consumo, emulado dos países desenvolvidos. De acordo com Furtado (1983), o panorama das economias com finalidade de se conjugar com padrão industrial internacional tem no estabelecimento de novos padrões de consumo entre os grupos ricos seu elemento principal para o crescimento dessas economias. Conjuga-se ao mesmo tempo tanto os padrões de consumo quanto os de produção, de acordo com Conceição e Vilaça Junior (2014):

A consolidação de ambos ocorre a partir da difusão do padrão de consumo legitimado como preferível e pela consolidação de uma matriz tecnológica exógena para atender essa demanda. [...] essa tecnologia externa tem uma papel crucial de reprodução das condições materiais da periferia.

Sob a perspectiva estruturalista de Furtado fica evidente a noção de incorporação de uma estilo de vida de uma minoria como ponto de referência para a sociedade como um todo. Nesse sentido, é o mecanismo social, incorporado a uma estrutura de centro-periferia, o local onde se manifesta a emulação entre a elite interna e externa e, conseqüentemente, se propaga para os demais grupos da sociedade periférica. Mais do que isso, é observável a maneira como “os aspectos sociais têm impactos diretos sobre a esfera produtiva, afetando a acumulação de capital.” (CONCEIÇÃO; VILAÇA JUNIOR, 2014, p. 13).

Nessa seqüência, a emulação provoca a distinção social entre os indivíduos e confere como superiores, através de padrões pecuniários de consumos, elementos externos que virão a se materializar nas estruturas socioeconômicas internas. Esse processo, ao se desdobrar como um efeito cascata, se transmuda para outros estratos sociais e culminam na consolidação dos padrões vigentes (CONCEIÇÃO; VILAÇA JUNIOR, 2014).

Destarte, a dependência não somente se manifesta através da matriz econômica, mas também através da matriz social, uma vez que, a evolução social e cultural periférica se relaciona diretamente com os hábitos vigentes nas economias centrais. Internamente, os padrões de replicação comportamental das economias periféricas são analisados como segue:

A legitimação do referencial de consumo da classe rica para o restante da sociedade representa o *reconstitutive downward effect* ao passo que a contínua busca dos estratos inferiores para reproduzir esse padrão reflete o *reinforcement* institucional

(CONCEIÇÃO; VILAÇA JUNIOR, 2014, p. 13)

Por intermédio da consolidação das preferências, a matriz produtiva é orientada no sentido de atender tal demanda. Para isso, a periferia adota tecnologia externa, em razão do aumento de produtividade e de inovações, fazendo com que os bens de luxo sejam incluídos na cesta de consumo da população através de efeito dominó para as outras camadas da população. Como resultado da venda dessa mercadoria, o processo de acumulação de capital é efetivado e reforça a necessidade de criação de novos produtos para aprofundar a acumulação, ao mesmo tempo que possibilita uma nova rodada diferenciação do estrato mais rico. Ou seja, o processo de diversificação dos produtos reforça a necessidade de mais produtos que, por sua vez, é atendida mediante a importação de nova tecnologia externa (CONCEIÇÃO; VILAÇA JUNIOR, 2014)

É possível, com isso, verificar que o avanço histórico brasileiro “conduz ao reconhecimento da existência de fatos que comprovam a vinculação de hábitos arraigados” (GUIMARÃES; SILVA, 2002, p. 70), com a conduta das classes inferiores sendo determinadas predominantemente pela atitude das classes ociosas. Estes hábitos, afirmados pelo conjunto das forças sociais, tornam-se de difícil desassociação, uma vez que preservados desde o início do período colonial ao estimular nas diversas classes o desejo de acumulação (GUIMARÃES; SILVA, 2002). Dessa forma, os aspectos sociais e econômicos estão intimamente relacionados e exibem uma lógica de crescimento que conserva a diferenciação de renda entre os extremos da estrutura de centro-periferia (CONCEIÇÃO; VILAÇA JUNIOR, 2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou recuperar as linhas gerais da formação histórica da colonização brasileira, bem como suas linhas de interpretação divergentes, intencionando estabelecer a conexões existentes entre os hábitos mentais institucionalizados dos brasileiros com sua dinâmica de desenvolvimento industrial, por meio de uma concepção institucionalista vebleniana. Para tanto, apresentou-se as características da corrente principal para o estudo, assim como todo o campo de pesquisa que a mesma encontra-se inserida, para que, combinado com a abordagem histórica brasileira e seu padrão de desenvolvimento industrial periférico, pudessem ser traçadas as complementaridades entre ambas e suas consequências sobre a dinâmica econômica.

O conhecimento do corpo teórico Institucionalista é o ponto inicial fundamental para o atingimento de tal objetivo. Tendo em vista a riqueza de ideias que se abrigam sob a tutela do conceito de instituições, é necessário que cada abordagem teórica seja classificada de acordo com suas ideias centrais. Ainda que existam divergências entre as linhas de pensamento, é no entendimento das instituições como fatores cruciais na compreensão das trajetórias de desenvolvimento que todas as abordagens Institucionais convergem.

Assim, adotar o Antigo Institucionalismo Norte-Americano como referencial teórico é retomar os conceitos pioneiros para o entendimento da relação entre hábitos e instituições. Mais do que isso, tal escolha reflete a necessidade de investigar as raízes da colonização brasileira como determinantes para os processos que viriam a condicionar toda a matriz institucional e os hábitos mentais da sociedade brasileira.

Dessa maneira, Thorstein Veblen elabora uma teoria que explica os fenômenos nascido nos costumes das classes ociosas, além de suas implicações políticas, econômicas e sociais. Na concepção do autor, as instituições atuam de forma a coordenar o comportamento dos indivíduos, mediante as normas em vigor. À vista disso, a imposição das regras criadas pelo espectro social dificulta uma análise do indivíduo isoladamente, em outros termos, é somente dentro da relação entre indivíduo-estrutura que uma teoria de conduta econômica pode ser compreendida em sua completude.

É em ATCO que Veblen concebe o consumo como uma atividade repleta de significados, “que só pode ser compreendida ao se atentar para as instituições vigentes em cada sociedade” (MONASTERIO, 2005, p. 8). A visão de cultura é presente a todo momento em sua obra, para

além disso, é fator central de qualquer análise que se julgue econômica. A economia, assim, só pode ser assimilada quando observada sob a luz do todo cultural, pois, toda a racionalidade individual é diretamente afetada pelo padrão institucional, isto é, “é necessário compreender a visão de mundo dos agentes enquanto estes exercem sua capacidade deliberativa” (MONASTERIO, 2005, p. 8). Assim, é possível extrair das considerações do autor a forma como associa-se a decisão dos agentes, estes inseridos em um ambiente cultural em que o seu padrão de vida é formatado.

Utilizando-se da metodologia criada por Veblen, foi traçado as raízes culturais do desenvolvimento brasileiro, com vistas a descobrir a forma como tais características influenciam no modelo de pensar dos indivíduos. Para isso, autores como: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Raymundo Faoro e outros, foram largamente aproveitados no processo investigativo. Os referidos autores formam o núcleo fundamental do pensamento nacional e traçam sua linha sociológica através de uma análise da herança patriarcal/patrimonial da genealogia brasileira.

Nesse sentido, os autores que se propuseram a desvendar a identidade nacional a partir de 1930 entendem o Brasil como uma extensão de Portugal e com a emotividade como traço único dessa cultura. A casa-grande é o locus onde toda a influência do patriarca se transmuta para as outras camadas da população, uma vez que o senhor de terras era um hiperindivíduo dentro dessa sociedade, comandando, ao seu prazer, todos os aspectos da vida social. A vida da família, no tocante ao desenvolvimento dos hábitos mentais brasileiros, é o núcleo de maior importância de análise para o entendimento do que viria a se desenvolver ao longo das etapas de colonização.

No entanto, com o objetivo de agregar com uma visão divergente – ainda que similar na espinha dorsal de análise –, a contribuição de Jessé Souza a respeito da formação brasileira torna-se indispensável. O autor de *A Elite do Atraso* (2019) compreende a importância teórica elaborada por Gilberto Freyre, colocando-o como o principal pensador da cultura brasileira, mas que, entretanto, por estar inserido dentro de um paradigma culturalista racista da época, mitigou pontos de análise essenciais. Assim, Jessé Souza propõe-se utilizar o núcleo de análise de Freyre, retirando aquilo que se insere em um julgamento racista e conservador da época, para reconstruir uma alternativa de análise nova e crítica.

Ao contrário da ideia do Brasil como extensão de Portugal, Jessé Souza diverge da ideia que a cultura, tal como o código genético, se transmuta de forma automática de uma nação para

outra. Como mudam as instituições no novo ambiente social e estas influenciam os indivíduos, o código genético é uma das poucas relações que permanecem como elo entre a nação colonizada e a colonizadora. Dessarte, a instituição que de fato marca o Brasil desde sua formação é a escravidão. Esta, por sua vez, influenciou em uma enorme gama de aspectos sociais e culturais, dado a magnitude do processo escravista estabelecido.

Com a passagem da sociedade rural para a urbana, espalham-se as unidades da família patriarcal, que até então comandava absoluta, acentuando os conflitos e oposições inerentes de uma sociedade pautada pela escravidão. Com a tomada das diretrizes econômicas pelas dinâmicas de mercado, o rumo europeizante que a sociedade brasileira toma torna-se evidente. Mudam-se os hábitos, as casas e o jeito de se vestir. O panorama econômico, político e social é pautado agora pelas ideias liberais e individualistas. O conhecimento passa a ser o elemento essencialmente democratizante, e a possibilidade de ascensão social dá-se através de tal elemento. Com isso, a diferenciação de classes, dentro de um país primordialmente desigual, tem seu estabelecimento mais presente a partir de uma modernização urbana de raiz europeia, com valorização do trabalho e da habilidade pessoal. Deste modo, a noção de sucesso impregna na mente do indivíduo e a segregação social aprofunda sua atuação nas instituições brasileiras.

No que toca o desenvolvimento industrial, o Brasil se identifica com aquelas economias analisadas pelos teóricos da CEPAL, cujo método de superação deu-se através do processo denominado de: substituição de importação. Ainda que a conformação da indústria como centro dinâmico econômico tenha logrado relevante êxito em uma série de etapas, replicando seus ganhos para a sociedade, a dificuldade em se avançar no processo sempre foi um fator de dificuldade para a obtenção de um resultado ótimo.

Inserida em uma condição periférica, com baixa integração vertical, baixos salários e deficiência na difusão de inovação, a estrutura econômica brasileira encontrava-se em situação de enormes desafios para se acoplar ao padrão industrial mundial. Complementarmente, a adesão de uma tecnologia capital-intensiva, que não compactua com as maiores carências produtivas nacionais, quais sejam: mão-de-obra excedente e baixos salários, torna-se o elemento crucial para aprofundar um padrão de renda concentrado.

A abordagem de Veblen, portanto, ao fornecer argumentos capazes de identificar o método pelo qual a lógica de reprodução de capital se conecta com a relação entre indivíduos e estrutura, induz a um entendimento mais completo a respeito das dificuldades em se avançar

sobre o processo substituição de importação. Os hábitos de ação coletiva se concretizam em estrutura institucionais que, por sua vez, influenciam na decisão dos indivíduos, se materializando em um processo teorizado pelo próprio Veblen como “causação cumulativa”, oriundo de uma ideia proposta pelo Evolucionismo de Charles Darwin. No limite, a causação cumulativa culmina em uma trajetória de evolução socioeconômica indefinida.

O que se verifica no Brasil, principalmente através da abordagem de Celso Furtado é: uma elite nacional com o objetivo de se diferenciar socialmente através do consumo, vazando renda para os centros comerciais por meio de importação de bens de luxo e estabelecendo os padrões preferíveis pelas demais classes sociais no âmbito nacional. A elite periférica, mais do que provocar um estrangulamento no balanço de pagamentos, impacta na estrutura industrial, uma vez que estabelece-se sobre estas economias uma matriz produtiva que se conforma com suas demandas da elite nacional e reforça a oferta de bens luxuosos.

No desenvolvimento do trabalho, foi cumprido com êxito o objetivo de se verificar em que medida os hábitos e as instituições influenciam umas às outras através de um apanhamento histórico brasileiro. A unicidade da constituição nacional, amparada sobre elementos portugueses, indígenas e africanos, constituíram um país de enorme plasticidade social. As raízes da escravidão, sem dúvida, foram os traços que mais marcas deixaram. Estas, no âmbito econômico, foram responsáveis por deixar à margem da sociedade uma proporção descomunal de ex-escravos que, com o advento da urbanização, foram responsáveis por aprofundar as diferenças socioeconômicas vigentes até os dias de hoje. Tais características se propagaram para a constituição industrial iniciada a partir da década de 1930, através da importação dos hábitos de consumo externo e sua conformação com um padrão de consumo que nada tinha a ver com as carências nacionais em seu todo.

Desse modo, constata-se que as maiores necessidades nacionais no tocante ao desenvolvimento econômico não foram levadas adiante, ou mesmo foram prejudicadas em momentos chaves, em virtude de uma acomodação entre hábitos de consumo e estrutura industrial. Até os dias de hoje verifica-se necessário superar as raízes escravocratas, oferecendo a camada populacional mais carente sua inserção em um ambiente econômico democrático e pensado para superar as maiores carências brasileiras, tais como excesso de mão-de-obra e salários aquém do necessário. Construir um país que atenda as necessidades da nação significa cumprir, de fato, o slogan consagrado no primeiro decênio do século XXI: “Brasil, um país de

todos”.

REFERÊNCIAS

AGUILAR FILHO, Hélio Afonso de; SILVA FILHO, Edison Benedito da. A crítica novo-institucionalista ao pensamento da Cepal: a dimensão institucional e o papel da ideologia no desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 211-232, ago. 2010. FapUNIFESP (SciELO).

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CAVALIERI, Marco Antonio Ribas. O surgimento do institucionalismo norte-americano de Thorstein Veblen: economia política, tempo e lugar. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 43-76, abr. 2013

COASE, R. The new institutional economics. **The American Economic Review**, Nashville, v. 88, n. 2, p. 72-74, May 1998. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/116895>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

COMMONS, J. R. Institutional economics. **The American Economic Review**, Nashville, v. 21, n. 4, p. 648-657, Dec.1931. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/495>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CONCEIÇÃO, O. A. C. A contribuição das abordagens institucionalistas para a constituição de uma teoria econômica das instituições. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 77-106, 2002a. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2029>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CONCEIÇÃO, O. A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, 2002b. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/23117/000369565.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CONCEIÇÃO, Octávio A. C.; VILAÇA JUNIOR, Ademir P. **Emulação, efeito demonstração e dependência**: uma análise das contribuições de veblen para a compreensão da dinâmica do desenvolvimento periférico. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 19., 2014, Florianópolis. Disponível em: <<https://www.sep.org.br/mostrar.php?url=19/1652-emulacao-efeito-demonstracao-e-dependencia-uma-analise-das-contribuicoes-de-veblen-para-a-compreensao-da-dinamica-do-desenvolvimento-periferico.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

FAORO, Raymundo. **OS DONOS DO PODER**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Editora Globo, 2001. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4254333/mod_resource/content/1/Raymundo%20Faoro%20-%20Os%20Donos%20do%20Poder.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo S. A., 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 48. ed. Recife: Global Editora, 2003.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES. In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003. Cap. 11. p. 1-53. Disponível em: <http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/o_processo_de_substituicao_de_importacoes.pdf>. Acesso em: 06 out. 2020.

FURTADO, Celso. Características Gerais da Economia Brasileira . **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-38 , dez. 1950. ISSN 1806-9134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2410/2494>>. Acesso em: 18 Out. 2020.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GUIMARÃES, Maria S. de B.; SILVA, Jersone Tasso Moreira. A influência da classe ociosa no contexto econômico-social do estado desenvolvimentista. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 3, p. 61-74, set/dez. 2002.

HODGSON, G. The approach of Institutional Economics. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. 36, n. 1, p. 166-192, mar. 1998.

HODGSON, Geoffrey M.. John R. Commons and the Foundations of Institutional Economics. **Journal Of Economic Issues**, [S.L.], v. 37, n. 3, p. 547-576, set. 2003. Informa UK Limited.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAWSON, Tony. Should Economics Be an Evolutionary Science?: veblen's concern and philosophical legacy. **Journal Of Economic Issues**. Cambridge, p. 279-292. jan. 2002.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961. 390 p.

MATTEI, Lauro; SANTOS JÚNIOR, José Aldoril dos. Industrialização e Substituição de Importações no Brasil e na Argentina: uma análise histórica comparada. **Revista de Economia**, [S.L.], v. 35, n. 1, p. 93-115, 31 mar. 2010. Universidade Federal do Paraná.

MITCHELL, W. C. The rationality of economic activity. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 18, n. 3, p. 197-216, mar. 1910. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1820997>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

MONASTERIO, Leonardo Monteiro. GUIA PARA VEBLEN: um estudo acerca da economia evolucionária. **EDUFPEL: Editora Universitária**. Pelotas, 128 p.. fev. 1998.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2011. 219 p.

SAMUELS, Warren J.. The present state of institutional. **Cambridge Journal Of Economics**. Oxford, p. 569-590. ago. 1995.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: GMT Editores Ltda., 2019. Edição Kindle. Disponível em: <https://a.co/cudQqOr>. Acesso em: 27 set. 2020.

SZMRECSANYI, TAMÁS. **Celso Furtado e o início da industrialização no Brasil**. *Brazil. J. Polit. Econ.* [online]. 2002, vol.22, n.2, pp.195-206. Epub Oct 02, 2020. ISSN 1809-4538.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. Paulo: Abril Cultural, 1983.

VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? **The Quarterly Journal of Economics, Cambridge**, v. 2, p. 373-397, 1898. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1882952>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. 27. ed. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1108/743391.pdf?sequence=4&isAllowed=y>>. Acesso em: 19 set. 2020.